EXPOSIÇÃO

MUSEU MUNICIPAL 2013

O lugar da memória a memória do lugar

A 1ª COMPANHIA DISCIPLINAR DE PENAMACOR E OS PRESÍDIOS POLÍTICOS DO ESTADO NOVO

FICHA TÉCNICA

PESQUISA, CONCEPÇÃO E DIRECÇÃO DE PRODUÇÃO Joaquim Nabais
ASSISTENTES DE PRODUÇÃO João Mateus e Pedro Reis
DESIGN GRÁFICO Vítor Gil
AGRADECIMENTOS José António Pinho pelas fotografias e excerto do livro inédito A Revolta dos Soldados

MUSEU MUNICIPAL DE PENAMACOR 2013

SUMÁRIO

05 INTRODUÇÃO
07 OS SILÊNCIOS DA HISTÓRIA
09 CAMINHOS DA MEMÓRIA
11 CRIAÇÃO DA CDP
13 ÁLVARO CUNHAL
17 ALBERTO DE OLIVEIRA E SILVA
19 RAUL HESTNES FERREIRA
21 JOSÉ MIGUEL TENGARRINHA
24 CRISE ACADÉMICA DE 1962 E A 1ª COMPANHIA DISCIPLINAR DE PENAMACOR
27 O SAUDOSO TEMPO DO FASCISMO
29 P154 SOLDADO BÁSICO
31 ÁLVARO MORNA
32 GRUPO DE POLÍTICOS EM PENAMACOR, 1962
34 AMADEU LOPES SABINO
35 LUÍS DE CARVALHO
37 JOSÉ ANTÓNIO PINHO
38 ARMÉNIO VIEIRA
39 ERA UMA VEZ UM ALFERES
40 DENEGAÇÃO POR ANÁFORA MERENCÓRIA
42 SOLDADO AÇOREANO E HOMOSEXUAL
45 A REVOLTA DOS SOLDADOS
46 ECOS DO LUGAR - A MEMÓRIA QUE SE VAI ESCREVENDO
48 NECESSIDADE DE IR EM FRENTE
50 GRUPO DE MILITARES DA 1ª COMPANHIA DISCIPLINAR DE PENAMACOR, 1962
52 ACTO FINAL

Talvez não seja de todo correcto afirmar que a 1ª Companhia Disciplinar de Penamacor foi exclusiva e deliberadamente criada para, de forma encapotada, travar o ímpeto revolucionário de jovens em idade militar opositores ao regime vigente. A redacção do decreto que a oficializa é, aliás, clara, quando explicita que "o Ministro da Guerra poderá mandar encorporar directamente nas companhias disciplinares todos os mancebos de que tenha notícia professarem ideas contrárias à existência e segurança da Pátria e à ordem social estabelecida pela Constituição Política". Pelo que, à letra, não se poderá falar de encapotamento ou dissimulação. Contudo, a ideia de reunir no mesmo estabelecimento presos de delito comum e contestatários politico-ideológicos não deixa de configurar um tipo perverso de associação que tende a camuflar uma realidade já de si pouco perceptível aos olhos da população local, maioritariamente analfabeta e politicamente pouco ou nada esclarecida. Deste modo se formou no senso comum a imagem do "corrécio", magala indisciplinado, como "inquilino" natural exclusivo do quartel de Penamacor. Hoje, com o conhecimento de diversos casos relativos à passagem pela 1ª Companhia Disciplinar de destacadas personalidades da esfera pública da nossa vida recente, e no momento em que um grupo de cidadãos, imbuídos do princípio que levou à criação do movimento Não Apaguem a Memória (NAM), procuram sensibilizar as várias entidades , designadamente as Autarquias que tutelam instalações que serviram os propósitos repressivos da ditadura, para a criação de um roteiro de presídios políticos, faz sentido evocar essa condição que, em dado momento da nossa história, assumiu este preciso espaço onde nos encontramos.

Joaquim Nabais

OS SILÊNCIOS DA HISTÓRIA

A memória pública da ditadura e da repressão

Irene Pimentel

(...)

Mais de trinta anos após a queda do regime ditatorial, coloca-se a questão de saber se já está feito o luto em Portugal relativamente à memória da repressão e se existe uma justa memória ou, pelo contrário, uma memória patológica. Não parece existir em Portugal um excesso de memória, no sentido em que o passado se substitua constantemente ao presente, não deixando surgir o futuro. Já o esquecimento ainda não é de «reserva», no sentido de preservar a memória, mas corre o risco de se tornar irreversível, nomeadamente por desaparecerem os «espaços de memória».

(...)

No dia 5 de Outubro de 2005, um conjunto de cidadãos reuniu-se junto à antiga sede da PIDE/DGS, para reafirmar o protesto contra a conversão daquele edifício num condomínio fechado e contra o que consideraram constituir um «apagamento da memória» do regime ditatorial português, simbolizado no seu instrumento de repressão política por excelência. Esses cidadãos decidiram, depois, continuar essa acção através de uma iniciativa cívica, plural e aberta, «de exigência da salvaguarda, investigação e divulgação da memória do fascismo e da resistência, como responsabilidade do Estado, do conjunto dos poderes públicos e da sociedade» (Manifesto do movimento).

Assim foi criado o movimento Não Apaguem a Memória!, que, após um ano profícuo de trabalho, baseado neste manifesto inicial, elaborou uma «Carta» de princípios. Partindo duma reprovação da conversão do edifício da sede da PIDE/DGS em condomínio fechado e do propósito de criação dum espaço memorial naquela área, para a memória das futuras gerações, este movimento cívico alargou os seus objectivos. Baseado no mote de que «um povo sem passado está condenado a repeti-lo» e de que «sem memória não há futuro», a «Carta» do movimento lança um alerta mais geral aos «poderes públicos para a responsabilidade e necessidade de se constituir um espaço público nacional de preservação e divulgação pedagógica da memória colectiva sobre os crimes do chamado Estado Novo e a resistência à ditadura». Ao mesmo tempo apela a todos os cidadãos e entidades que multipliquem, partilhem e tomem nas suas mãos, pelas formas e iniciativas que entenderem, a preservação duradoura da memória colectiva dos combates pela democracia e pela liberdade em Portugal.

Considerando-se uma organização informal de âmbito nacional, democrático e aberto, o movimento sugere o aproveitamento museológico ou monumental dos espaços emblemáticos dessa realidade como são o Aljube, o Forte de Peniche, o Forte de Caxias, o Forte de Angra do Heroísmo, o Campo de Concentração do Tarrafal, as salas dos tribunais plenários da Boa-Hora em Lisboa e de S. João Novo no Porto, o TribunalMilitar, os presídios militares, a Companhia Disciplinar de Penamacor, a sede dos Serviços de Censura, a sede da PIDE/DGS e as delegações-prisão dessa polícia política.

Excerto do artigo publicado no Le Monde diplomatique - edição portuguesa, em Fevereiro de 2007, pela historiadora Irene Pimentel, distinguida no mesmo ano com o Prémio Pessoa

Movimento Cívico Não Apaguem a Memória!

CAMINHOS DA MEMÓRIA

O INTERESSE DO EMPREENDEDOR IMOBILIÁRIO do "Paço do Duque" em repor a placa evocativa dos jovens assassinados pela PIDE, em 25 de Abril de 1974, no local de origem, e em geral o interesse em preservar a memória da sede daquela polícia, deve ser tanto quanto o do Movimento Não Apaguem a Memória!, ou de qualquer cidadão que preze a liberdade, em promover a venda ou o aluguer dos apartamento de luxo do "Paço do Duque". De modo que é natural que o empreendedor imobiliário registe que «A 25 de Junho de 1542 o Paço do Duque assistiu a uma grande festa de família: nada menos que as bodas do Duque D. Teodósio com a sua prima D. Isabel de Lencastre: os convidados eram numerosos e as ruas encheram-se de populares.»

E é igualmente natural que o Movimento Não Apaguem a Memória ! faça tudo o que estiver ao seu alcance para que o local da sede da PIDE/DGS não seja apagado da memória das gerações futuras. É que temos o dever de manter viva a memória da luta de muitos milhares de portugueses que por amor à liberdade ou por lutarem contra uma exploração desumana e uma vida de miséria, foram perseguidos, condenados ao desemprego e ao exílio, presos e torturados, condenados a muitos anos de prisão e à destruição da sua vida familiar, viram a sua saúde arruinada ou foram simplesmente assassinados pela polícia política do regime fascista.

No Paço do Duque, no século XVI, haveria duques e duquesas, festas sumptuosas, muitos convidados e populares na rua. Mas no "Paço" da PIDE, no século XX, havia trabalhadores, estudantes e intelectuais trazidos das prisões políticas ou das suas casas assaltadas pela madrugada por agentes da PIDE (que por vezes arrastavam com o preso a mulher e filhos menores) para serem submetidos à tortura do sono, à tortura da estátua, a choques eléctricos, a espancamentos, à chantagem da ameaça de tortura à mulher e aos filhos com a montagem de cenários com gritos de crianças, para que denunciassem os seus companheiros de luta.

É natural que o promotor dos apartamentos de luxo do Paço do Duque evoque o passado longínquo e convide os potenciais compradores a reviver a nobre memória da alta

nobreza portuguesa que por ali passou e as bodas de D. Teodósio com a sua prima D. Isabel, no distante dia de 25 de Junho de 1542, e lembre que para os festejos «chegaram os embaixadores do imperador Carlos V de Áustria e do rei de França, Henrique II, tendo sido recebidos pelo Duque com grande cortesia.»

Mas o Movimento Não Apaguem a Memória! e certamente todos os que se sentem solidários com a luta de tantos milhares de portugueses do "Terceiro Estado", que culminou com a libertação de 25 de Abril de 1974, têm o inalienável dever cívico de trazer à memória, não dos condóminos do Paço do Duque em especial, mas das gerações futuras de portugueses o que aquele local representou como instrumento da submissão de um povo. E de como é importante conhecermos a nossa História, não apenas a de glórias antigas, de grandes senhores e de fadas encantadas de um passado ancestral , mas principalmente a de um passado recente prenhe de lições cívicas e políticas, onde sobressai a altivez, a honra, o espírito de renúncia, a coragem e a combatividade de portugueses que se não submetiam às sevícias dos pides, às ordens dos modernos duques do reinado de Salazar e Caetano.

Não pretendemos impedir que os futuros inquilinos a quem foram vendidos os condomínios de luxo sonhem com festas de duques e princesas e que, em vez de tais fantasias, sintam a casa assombrada com os gritos dos torturados. Mas temos a obrigação de lembrar que, se em 1542 o duque recebeu com grande cortesia os convidados e os populares que enchiam a rua, em 1974 os populares que na mesma rua exigiam o fim da polícia política foram por esta metralhados. Quarenta e cinco ficaram feridos e quatro viram a sua vida terminar ali no dia da libertação do seu país:

F. Carvalho Gesteiro, de 18 anos de idade, empregado de escritório, natural de Montalegre;

Fernando Luís Barreiros dos Reis, de 24 anos de idade, natural de Lisboa, soldado da l.ª Companhia Disciplinar, em Penamacor;

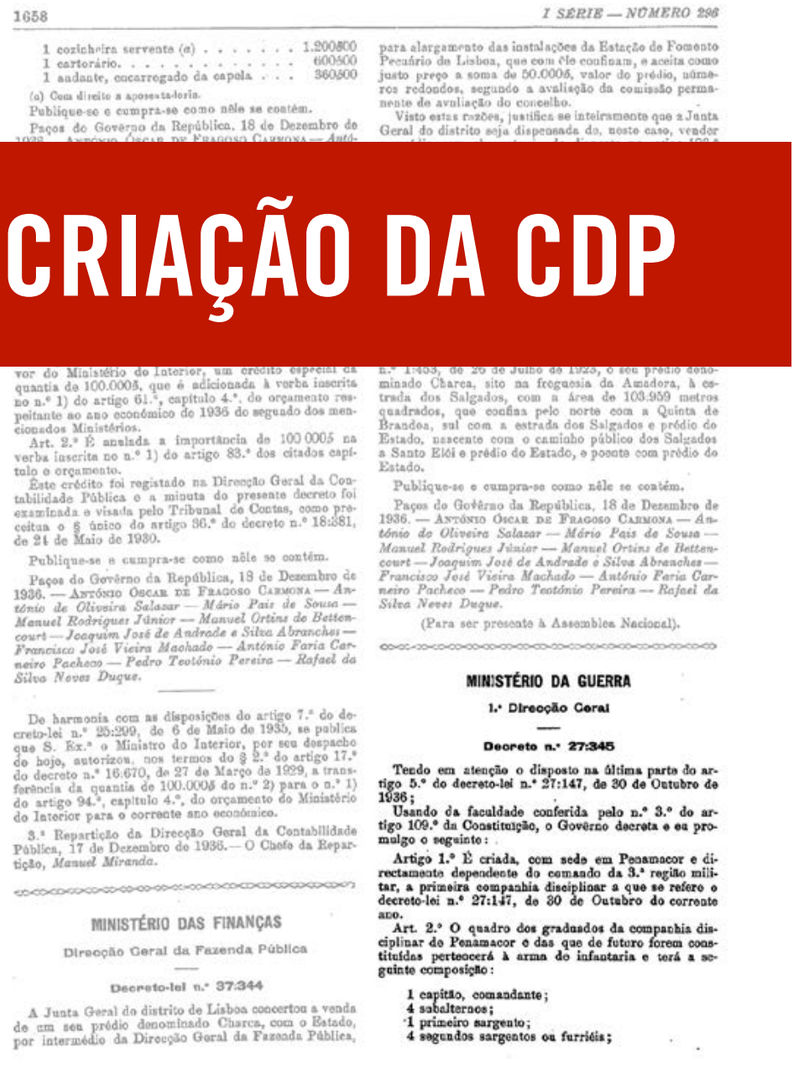
J. Guilherme Rego Arruda, de 20 anos de idade, estudante, natural dos Açores;

José James Harteley Barnetto, de 37 anos de idade, natural de Vendas Novas.

Temos, os mais velhos que viveram esses tempos, e os mais novos que tiveram a oportunidade de os conhecer, a responsabilidade de salvaguardar essa Memória para que as lições a tanto custo obtidas se não percam. Para que se evitem a tempo os caminhos que conduzam a perigos de idêntica natureza.

http://maismemoria.org

CRIAÇÃO DA CDP



1658 I SÉRIE — NÚMERO 296

1 cozinheira serventa (a) . . . . . 1.200$00
1 cartorário. . . . . 600$00
1 aadante, cocarregado da capela . . . 360$00

(a) Com direito a aposentadoria.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 18 de Dezembro de 1936. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António*

vor do Ministério do Interior, um crédito especial da quantia de 100.000$, que é adicionada à verba inscrita no n.º 1) do artigo 61.º, capítulo 4.º, do orçamento respeitante ao ano económico de 1936 do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É anulada a importância de 100 000$ na verba inscrita no n.º 1) do artigo 83.º dos citados capítulo e orçamento.

Êste crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 18 de Dezembro de 1936. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.*

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro do Interior, por seu despacho de hoje, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 100.000$ do n.º 2) para o n.º 1) do artigo 94.º, capítulo 4.º, do orçamento do Ministério do Interior para o corrente ano económico.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 17 de Dezembro de 1936. — O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Fazenda Pública

Decreto-lei n.º 37:344

A Junta Geral do distrito de Lisboa concertou a venda de um seu prédio denominado Charca, com o Estado, por intermédio da Direcção Geral da Fazenda Pública, para alargamento das instalações da Estação de Fomento Pecuário de Lisboa, que com ele confinam, e aceita como justo preço a soma de 50.000$, valor do prédio, números redondos, segundo a avaliação da comissão permanente de avaliação do concelho.

Visto estas razões, justifica se inteiramente que a Junta Geral do distrito seja dispensada de, neste caso, vender

n.º 1:455, de 20 de Julho de 1925, o seu prédio denominado Charca, sito na freguesia da Amadora, à estrada dos Salgados, com a área de 103:959 metros quadrados, que confina pelo norte com a Quinta de Brandea, sul com a estrada dos Salgados e prédio do Estado, nascente com o caminho público dos Salgados a Santo Eléi e prédio do Estado, e poente com prédio do Estado.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 18 de Dezembro de 1936. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.*

(Para ser presente à Assembleia Nacional).

MINISTÉRIO DA GUERRA

1.ª Direcção Geral

Decreto n.º 27:345

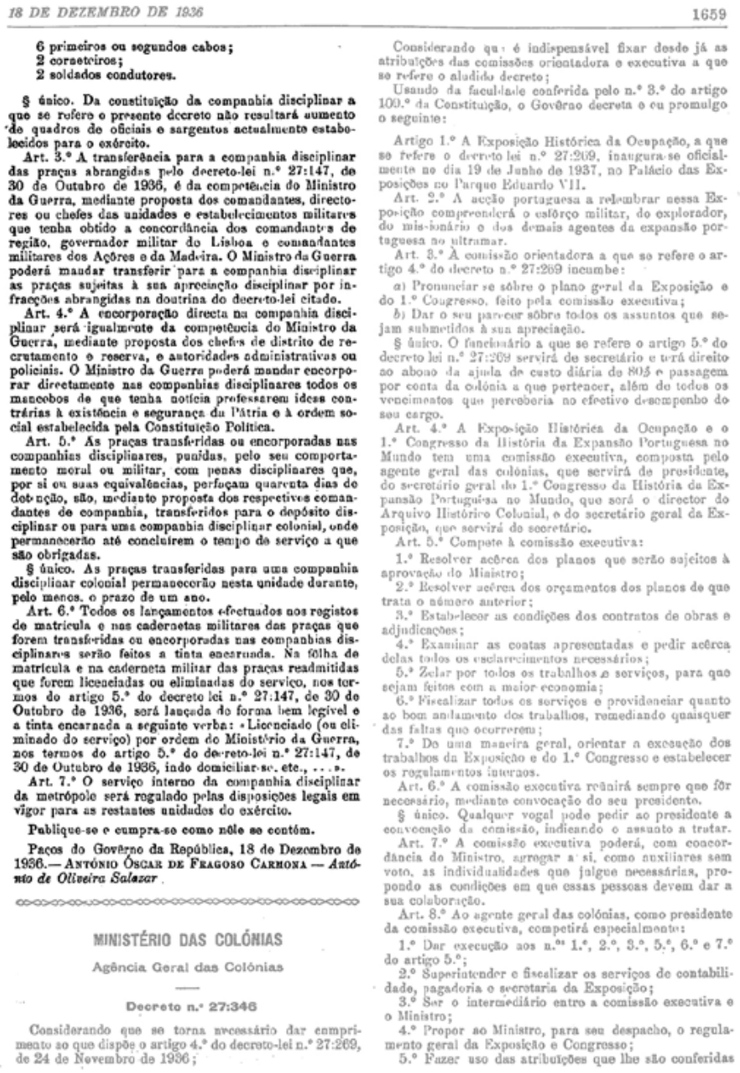
Tendo em atenção o disposto na última parte do artigo 5.º do decreto-lei n.º 27:147, de 30 de Outubro de 1936;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É criada, com sede em Penamacor e directamente dependente do comando da 3.ª região militar, a primeira companhia disciplinar a que se refere o decreto-lei n.º 27:147, de 30 de Outubro do corrente ano.

Art. 2.º O quadro dos graduados da companhia disciplinar de Penamacor e das que de futuro forem constituídas pertencerá à arma de infantaria e terá a seguinte composição:

1 capitão, comandante;
4 subalternos;
1 primeiro sargento;
4 segundos sargentos ou furriéis;



18 DE DEZEMBRO DE 1936 1659

6 primeiros ou segundos cabos;
2 corneteiros;
2 soldados condutores.

§ único. Da constituição da companhia disciplinar a que se refere o presente decreto não resultará aumento de quadros de oficiais e sargentos actualmente estabelecidos para o exército.

Art. 3.º A transferência para a companhia disciplinar das praças abrangidas pelo decreto-lei n.º 27:147, de 30 de Outubro de 1936, é da competência do Ministro da Guerra, mediante proposta dos comandantes, directores ou chefes das unidades e estabelecimentos militares que tenha obtido a concordância dos comandantes de região, governador militar de Lisboa e comandantes militares dos Açôres e da Madeira. O Ministro da Guerra poderá mandar transferir para a companhia disciplinar as praças sujeitas à sua apreciação disciplinar por infracções abrangidas na doutrina do decreto-lei citado.

Art. 4.º A encorporação directa na companhia disciplinar será igualmente da competência do Ministro da Guerra, mediante proposta dos chefes de distrito de recrutamento e reserva, e autoridades administrativas ou policiais. O Ministro da Guerra poderá mandar encorporar directamente nas companhias disciplinares todos os mancebos de que tenha notícia professarem ideas contrárias à existência e segurança da Pátria e à ordem social estabelecida pela Constituição Política.

Art. 5.º As praças transferidas ou encorporadas nas companhias disciplinares, punidas, pelo seu comportamento moral ou militar, com penas disciplinares que, por si ou suas equivalências, perfaçam quarenta dias de detenção, são, mediante proposta dos respectivos comandantes de companhia, transferidos para o depósito disciplinar ou para uma companhia disciplinar colonial, onde permanecerão até concluirem o tempo de serviço a que são obrigados.

§ único. As praças transferidas para uma companhia disciplinar colonial permanecerão nesta unidade durante, pelo menos, o prazo de um ano.

Art. 6.º Todos os lançamentos efectuados nos registos de matrícula e nas cadernetas militares das praças que forem transferidas ou encorporadas nas companhias disciplinares serão feitos a tinta encarnada. Na fôlha de matrícula e na caderneta militar das praças readmitidas que forem licenciadas ou eliminadas do serviço, nos termos do artigo 5.º do decreto-lei n.º 27:147, de 30 de Outubro de 1936, será lançada de forma bem legível e a tinta encarnada a seguinte verba: «Licenciado (ou eliminado do serviço) por ordem do Ministério da Guerra, nos termos do artigo 5.º do decreto-lei n.º 27:147, de 30 de Outubro de 1936, indo domiciliar-se, etc., ...».

Art. 7.º O serviço interno da companhia disciplinar da metrópole será regulado pelas disposições legais em vigor para as restantes unidades do exército.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 18 de Dezembro de 1936.— António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Agência Geral das Colónias

Decreto n.º 27:346

Considerando que se torna necessário dar cumprimento ao que dispõe o artigo 4.º do decreto-lei n.º 27:269, de 24 de Novembro de 1936;

Considerando que é indispensável fixar desde já as atribuições das comissões orientadora e executiva a que se refere o aludido decreto;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A Exposição Histórica da Ocupação, a que se refere o decreto-lei n.º 27:269, inaugura-se oficialmente no dia 19 de Junho de 1937, no Palácio das Exposições no Parque Eduardo VII.

Art. 2.º A acção portuguesa a relembrar nessa Exposição compreenderá o esfôrço militar, do explorador, do missionário e dos demais agentes da expansão portuguesa no ultramar.

Art. 3.º À comissão orientadora a que se refere o artigo 4.º do decreto n.º 27:269 incumbe:

a) Pronunciar-se sôbre o plano geral da Exposição e do 1.º Congresso, feito pela comissão executiva;

b) Dar o seu parecer sôbre todos os assuntos que sejam submetidos à sua apreciação.

§ único. O funcionário a que se refere o artigo 5.º do decreto-lei n.º 27:269 servirá de secretário e terá direito ao abono da ajuda de custo diária de 80$ e passagem por conta da colónia a que pertencer, além de todos os vencimentos que perceberia no efectivo desempenho do seu cargo.

Art. 4.º A Exposição Histórica da Ocupação e o 1.º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo tem uma comissão executiva, composta pelo agente geral das colónias, que servirá de presidente, do secretário geral do 1.º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, que será o director do Arquivo Histórico Colonial, e do secretário geral da Exposição, que servirá de secretário.

Art. 5.º Compete à comissão executiva:

1.º Resolver acêrca dos planos que serão sujeitos à aprovação do Ministro;

2.º Resolver acêrca dos orçamentos dos planos de que trata o número anterior;

3.º Estabelecer as condições dos contratos de obras e adjudicações;

4.º Examinar as contas apresentadas e pedir acêrca delas todos os esclarecimentos necessários;

5.º Zelar por todos os trabalhos e serviços, para que sejam feitos com a maior economia;

6.º Fiscalizar todos os serviços e providenciar quanto ao bom andamento dos trabalhos, remediando quaisquer das faltas que ocorrerem;

7.º De uma maneira geral, orientar a execução dos trabalhos da Exposição e do 1.º Congresso e estabelecer os regulamentos internos.

Art. 6.º A comissão executiva reünirá sempre que fôr necessário, mediante convocação do seu presidente.

§ único. Qualquer vogal pode pedir ao presidente a convocação da comissão, indicando o assunto a tratar.

Art. 7.º A comissão executiva poderá, com concordância do Ministro, agregar a si, como auxiliares sem voto, as individualidades que julgue necessárias, propondo as condições em que essas pessoas devem dar a sua colaboração.

Art. 8.º Ao agente geral das colónias, como presidente da comissão executiva, competirá especialmente:

1.º Dar execução aos n.os 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 6.º e 7.º do artigo 5.º;

2.º Superintender e fiscalizar os serviços de contabilidade, pagadoria e secretaria da Exposição;

3.º Ser o intermediário entre a comissão executiva e o Ministro;

4.º Propor ao Ministro, para seu despacho, o regulamento geral da Exposição e Congresso;

5.º Fazer uso das atribuições que lhe são conferidas

Álvaro Cunhal

1913 – 2005

ÁLVARO BARREIRINHAS CUNHAL, filho de Avelino Cunhal e Mercedes Cunhal, nasceu na freguesia da Sé Nova em Coimbra, no dia 10 de Novembro de 1913.

A sua infância foi vivida em Seia, terra de seu pai.

Com onze anos de idade muda-se com a família para Lisboa, onde faz os seus estudos secundários no Pedro Nunes e mais tarde no liceu Camões.

Em 1931, com dezassete anos, ingressa na Faculdade de Direito de Lisboa, onde inicia a sua actividade política. Neste mesmo ano filia-se no PCP e faz parte da Liga dos Amigos da URSS e do Socorro Vermelho Internacional.

Em 1934 torna-se representante dos estudantes de Lisboa no Senado Universitário, mas devido à intensa actividade política a faculdade acaba por passar para segundo plano. Segundo uma biografia publicada em 1954, pelo Secretariado do PCP, Álvaro Cunhal terá entrado na clandestinidade em 1935 e participado no VI Congresso da Internacional Juvenil Comunista em Moscovo.

Em 1936 entra para o Comité Central do PCP, que o envia a Espanha, onde vive os primeiros cinco meses da guerra civil. Ao longo da década de 30, Cunhal foi colaborador de vários jornais e revistas, entre os quais se contam "O Diabo"; "Sol Nascente"; "Seara Nova"; "Vértice"; e nas publicações clandestinas do PCP, "Avante" e "Militante", onde escreveu artigos de intervenção política e ideológica.

Em Junho de 1937 é preso pela primeira vez. É levado para o Aljube e posteriormente transferido para Peniche. Um ano depois é libertado, mas por razões políticas é obrigado a cumprir o serviço militar, em Dezembro de 1939, na Companhia Disciplinar de Penamacor. Por razões de saúde, Álvaro Cunhal acaba por ser dispensado pela Junta Médica Militar.

Em Maio de 1940 é novamente preso e faz o seu exame final na Faculdade de Direito de Lisboa sob escolta policial. Apresenta uma tese sobre a realidade social do aborto, que seria avaliada por um júri composto por Marcelo Caetano, Paulo Cunha e Cavaleiro Ferreira, figuras destacadas do regime Salazarista. A sua classificação final foi de 16 valores.

Em 1941 trabalhou como regente de estudos no Colégio Moderno, a convite de João Soares, pai de Mário Soares, função que desempenhou até Dezembro do mesmo ano, altura em que entrou de novo na clandestinidade.

Em 1947, faz uma viagem clandestina à URSS, Jugoslávia, Checoslováquia e França, a fim de restabelecer as relações do PCP, com o movimento internacional.
A 25 de Março de 1949, Álvaro Cunhal é preso pela terceira vez, numa casa clandestina do Luso. Com ele são também presos Militão Ribeiro e Sofia Ferreira.
O seu julgamento ocorreu um ano depois. Neste julgamento Cunhal fez uma declaração em que se afirmava "filho adoptivo do proletariado" e dirigiu um forte ataque ao regime salazarista.
Foi condenado e preso na Penitenciária de Lisboa, sendo transferido para a prisão-fortaleza de Peniche em 1958.
Em 1953 desenvolve-se um movimento internacional de solidariedade pela sua libertação, que conta com a participação de inúmeros intelectuais e artistas estrangeiros. Destes destacam-se Jorge Amado e Pablo Neruda, que lhe dedica o poema "Lámpara Marina".

Cunhal em idade militar

Dos onze anos que esteve encarcerado, foi mantido incomunicável durante catorze meses e passou oito em total isolamento.
Em Janeiro de 1960 dá-se a famosa fuga do Forte de Peniche.
A 25 de Dezembro de 1960 nasce a sua única filha, Ana Cunhal, fruto da sua relação com Isaura Maria Moreira.
Após a fuga, Cunhal fica ainda cerca de dois anos em Portugal, na clandestinidade. Durante este período viveu em casas clandestinas de vários pontos do país como: Sintra, Ericeira, Amadora, Coimbra, Porto.
Em 1961 é eleito Secretário-geral do PCP.
Em 1962 é enviado pelo PCP para o estrangeiro, primeiro para Moscovo, depois para Paris onde vive clandestino durante cerca de oito anos. Assiste em Paris ao Maio de 68 e é lá que a Revolução de Abril o vai surpreender.
Regressa a Portugal a 30 de Abril de 1974.
A 15 de Maio do mesmo ano toma posse como ministro sem pasta no I Governo Provisório. Mantém o mesmo cargo nos II, III e IV Governos Provisórios.
Em 1975 é eleito deputado à Assembleia Constituinte e até 1992, altura em que se afasta do cargo de Secretário-geral do PCP, é eleito deputado à Assembleia da República, por Lisboa, em todas as eleições legislativas (1976; 1979; 1980; 1983; 1985; 1987). Só por curtos prazos ocupará esse lugar.
Em 1982 torna-se membro do Conselho de Estado, cargo que abandona em 1992.
Em Janeiro de 1989 parte para Moscovo, onde será sujeito a uma intervenção cirúrgica cardiovascular. Já recuperado, regressa a Portugal em Junho do mesmo ano.

No ano de 1992 abandona o cargo de Secretário-geral do PCP, que passa a ser ocupado por Carlos Carvalhas, e é eleito pelo Comité Central para o então criado cargo de Presidente do Conselho Nacional do PCP.
Liberto das suas funções de liderança partidária, Álvaro Cunhal, a par da actividade política corrente, assume claramente a sua condição de romancista e esteta. Neste sentido, em 1995 reconhece publicamente ser o romancista Manuel Tiago e um ano mais tarde publica um ensaio sobre estética, onde apresenta as suas reflexões neste domínio.

www.citi.pt

Cunhal, 1939 – Companhia Disciplinar de Penamacor

ÁLVARO CUNHAL foi convocado para cumprir o serviço militar em Lisboa, mas não compareceu na incorporação prevista para Agosto de 1937. Tinha sido preso nesse ano após o regresso de Espanha e só voltou à liberdade em Julho do ano seguinte. Apresentou-se para cumprir o serviço militar somente em Novembro de 1939. Quando se apresenta no Exército, Cunhal é um jovem revolucionário que regressa de uma guerra ideológica perdida para as forças adversárias que começam a dominar a Europa. Tem diante de si a perspectiva de cumprir o serviço militar nas fileiras da ditadura depois das experiências galvanizantes que viveu na União Soviética e Espanha. Enfrenta agora também uma penosa acusação de deserção pelo tempo que demorou a apresentar -se no quartel. "Era falso. Porque quando fui convocado para a integração me encontrava preso e, portanto, não era desertor". Durante a incorporação na 1ª Companhia Disciplinar, Penamacor, teve de executar as tarefas atribuídas aos soldados rasos, apesar de ser estudante universitário, isto é, de ter direito a frequentar a escola de oficiais milicianos. "O facto de estar com os meus companheiros a limpar a erva no quartel não me deslustrava, nem era uma coisa que eu considerasse que não devesse fazer". Aproveitou a ocasião para ridicularizar alguns incidentes a que assistiu e que mais tarde contou Yulia Petrova. Num desses episódios, os soldados que acompanharam uma cerimónia fúnebre realizada no cemitério público, entre os quais Cunhal, foram proibidos de utilizar munições verdadeiras por razões de segurança. "Ainda puseram a hipótese de usar balas de pau, mas acharam que mesmo assim isso poderia ser perigoso". A solução foi fazer umas "buchas bem fortes de algodão" que, quando disparadas após o barulhento puxar das culatras, se limitaram a fazer um pequeno "barulhinho: pshh pshh!".

Adelino Cunha – http://alvarocunhalbiografia.blogspot.pt

FOTO - Em 1996 Cunhal visitou Penamacor e o antigo presídio
DR/ Diamantino Gonçalves

Alberto de Oliveira e Silva 1924-2011

ALBERTO MARQUES DE OLIVEIRA E SILVA nasceu a 9 de Outubro de 1924, na freguesia de Monserrate em Viana do Castelo. Faleceu a 10 de Fevereiro de 2011, na cidade do Porto.
Licenciou-se em Direito com o Curso de Ciências Pedagógicas, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Destacou-se desde os tempos de estudante como opositor ao Estado Novo. Preso pela polícia política PIDE, foi julgado em Lisboa e condenado na pena de 18 meses de prisão correccional, acusado de crimes políticos (1947).
Chamado a prestar serviço militar obrigatório na Escola Prática de Cavalaria de Torres Novas, foi-lhe negada a promoção a oficial miliciano (1948) e é colocado como soldado raso na Companhia Disciplinar de Penamacor (1948).

http://escavar-em-ruinas.blogs.sapo.pt

PARTICIPOU NO MOVIMENTO ESTUDANTIL e foi membro da Comissão Distrital do MUD (Movimento de Unidade Democrática) de Coimbra (1946)
Foi Presidente do MUD/Juvenil da Universidade de Coimbra (1947), sucedendo a Francisco Salgado Zenha.
Apoiante activo da candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República (1949).
Membro da Comissão Distrital de Viana do Castelo da Candidatura do General Humberto (1958).

Participou em todos os Movimentos da Oposição Democrática à ditadura e foi candidato a Deputado, pela Oposição Democrática, em 1969.
Participou no III Congresso da Oposição Democrática ocorrido em Aveiro no ano de 1973, organizado por Joaquim Barros de Sousa.
Militante da Acção Socialista Portuguesa (1965–1973).
Membro fundador do Partido Socialista onde foi Membro da Comissão Nacional e da Comissão Política Nacional.
Deputado por Viana do Castelo, primeiro na Assembleia Constituinte (Portugal) e depois na Assembleia da República (Portugal) nas I, II, IV, V e VI legislaturas.
Presidente da Assembleia Municipal de Viana do Castelo (Janeiro de 1994–Novembro de 1995)
Governador Civil do Distrito de Viana do Castelo (17 de Novembro de 1995–30 de Abril de 2002);
Fundador do Lar de Santiago, em Viana do Castelo;
Fundador do Lar de Nossa Senhora da Piedade, em Viana do Castelo;
Fundador do Centro Infantil de Santiago da Barra, em Viana do Castelo;
Fundador do Jardim de Infância de Nossa Senhora da Misericórdia, em Viana do Castelo;
Patrono do Lar do Centro Social e Paroquial Dr. Oliveira e Silva, em Mozelos, Paredes de Coura;
Presidente do Secretariado Distrital de Viana do Castelo da União das Misericórdias Portuguesas(2007-2009)

http://pt.wikipedia.org

Raul Hestnes Ferreira

Arquitecto | 1931

RAUL JOSÉ HESTNES FERREIRA nasceu em Lisboa em Novembro de 1931. Em 1950 entrou para a Escola de Belas Artes de Lisboa cursando Escultura. No ano seguinte mudou-se para o curso de Arquitectura, mas a sua participação numa acção então entendida como "subversiva", determinou a sua suspensão por um ano. Em 1952 retomou, finalmente com alguma constância, a sua formação académica em Arquitectura na Escola de Belas Artes do Porto. Cedo se viu envolvido na vida da recém-criada Associação de Estudantes. Em 1957 concluiu o Curso Especial de Arquitectura, não sem pelo meio ter trabalhado em alguns ateliers conhecidos e também ter sido preso e julgado no Tribunal Plenário do Porto por "ter sido pronunciado pelo crime de conjuração contra a segurança do Estado". Por tudo isso cumpriu ainda serviço militar numa companhia disciplinar em Penamacor.

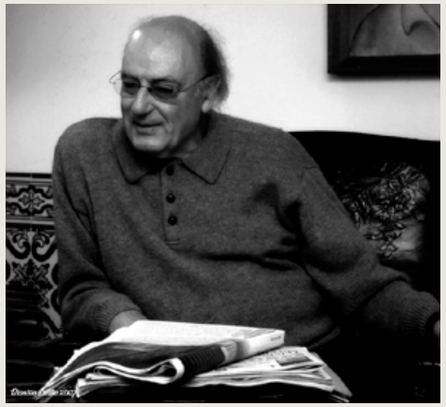
Walter Rossa Elogio do doutorado no Doutoramento Honoris Causa de Raul Hestnes Ferreira
Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade de Coimbra

FILHO DO POETA E ESCRITOR JOSÉ GOMES FERREIRA, Raul Hestnes Ferreira estudou arquitectura na Escola Superior de Belas-Artes do Porto e na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa , onde recebeu o diploma de Arquitecto em 1961. Estudou ainda em Helsínquia, Finlândia, bem como nos Estados Unidos, na Universidade de Yale e Universidade de Pennsylvania, onde lhe foi atribuído

o Master in Arcchitecture em 1963, sendo que nestas últimas foi apoiado por uma bolsa de estudo da Fundação Gulbenkian.
Colaborou em ateliers de arquitectura em Helsínquia, Lisboa, Filadélfia e mais prolongadamente no Porto, colaborando com Arménio Losa e Cassiano Barbosa. No entanto, foi o trabalho com Louis Kahn, em Filadélfia, entre 1963 e 1965 que mais o influenciou.
Leccionou no Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. de Lisboa (1970-72), e no Curso de Arquitectura da Cooperativa Árvore do Porto (1986-88), sendo Professor Catedrático convidado do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra desde 1991 até 2003.
Prémio Nacional de Arquitectura e Urbanismo de 1982, da Secção Portuguesa da Associação Internacional de Críticos de Arte;
Prémio Cadernos Municipais de 1982, pela Recuperação de uma Arcada do Século XVI em Beja;
Primeiro Prémio do Concurso de Remodelação do Café "Martinho da Arcada" em Lisboa (1988);
Prémio Nacional de Arquitectura da A.A.P. (Construção Técnica e Detalhe) de 1993;
Prémio Eugénio dos Santos da Câmara Municipal de Lisboa (com Manuel Miranda), em 1993;
Primeiro Prémio do Concurso de Remodelação do Museu de Évora (1994);
Prémio Valmor (2002) (ex-aequo) pelo Edifício II do I.S.C.T.E., propriedade da Universidade Nova de Lisboa

https://pt.wikipedia.org

José Manuel Tengarrinha 1932



JOSÉ MANUEL TENGARRINHA, NASCIDO EM PORTIMÃO em abril de 1932, é um jornalista, um historiador e um político que se bateu sempre pela liberdade ao longo da vida. Como historiador tornou-se clássica e pioneira a sua obra História da Imprensa Periódica Portuguesa (Lisboa, Portugália, 1965), mas as suas investigações históricas abordaram também a temática política.
Em meados da década de 50, quando frequentava o Curso de Histórico Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa fez parte do núcleo redactorial de Lisboa da revista Vértice, com António José Saraiva, Júlio Pomar e Maria Lamas. Iniciou então investigações sistemáticas sobre a história oitocentista portuguesa.
Frequentou esse Curso como voluntário, por se encontrar então detido na Colónia Penal de Penamacor, depois de ter sido expulso do Corpo de Oficiais Milicianos sob a acusação de desenvolver actividades contra a segurança do Estado.
Em 1958, apesar das condições adversas, criadas também por alguns docentes, concluiu a licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, na Faculdade de Letras de Lisboa.

José Manuel Tengarrinha

JORNALISTA PROFISSIONAL DESDE 1953 (Jornal República), iria fazer parte do grupo fundador de um jornal, considerado inovador, o Diário Ilustrado, de que foi chefe da Redacção até 1962, quando a Censura impôs a cessação da sua actividade jornalística, após prisão pela polícia política em Dezembro de 1961.

Nos princípios da década de 60 integrou o corpo redactorial da revista Seara Nova.

Em 1962 foi-lhe atribuído o prémio da Associação dos Homens de Letras do Porto, com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, pelo conjunto de ensaios publicado no jornal Diário de Lisboa, no ano anterior, sob o título António Rodrigues Sampaio, desconhecido.

De 1963 a 1966, a Fundação Calouste Gulbenkian concedeu-lhe uma bolsa de estudo para prosseguir as investigações sobre a História Oitocentista Portuguesa.

Foi fundador e director – com os Professores Vitorino Nemésio, Joel Serrão e José Augusto França – do Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário (que funcionou desde 1969 a 1974, apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian) e, como tal, tendo sido promotor e participante de cursos, conferências e colóquios, sobre temas da nossa história Oitocentista, com a colaboração de qualificados historiadores e sociólogos nacionais e estrangeiros.

Em 1973 assumiu a direcção, com os Professores Tiago de Oliveira e Joel Serrão, da preparação da enciclopédia Logos.

O SEU APEGO À LIBERDADE fê-lo participar, no tempo do governo de Marcelo Caetano, na Comissão Democrática Eleitoral - CDE, que liderou, constituída para participar nas eleições de 1969. Foi também no mesmo espírito de luta pela democratização do país que se entusiasmou com o III Congresso da Oposição Democrática de 1973, em Aveiro. Manifestou sempre a preocupação de que a política fosse uma manifestação das vontades populares, tendo propugnado por um regime que se construísse das bases sociais para as cúpulas dirigentes.

Foi neste contexto, do combate político ao regime do Estado Novo, que acabou por ser preso pela PIDE na prisão do Aljube. Após a revolução do 25 de abril de 1974 foi libertado por decisão da Junta de Salvação Nacional e pôde participar na fundação e na liderança do MDP/CDE – Movimento Democrático Unitário/Comissão Democrática Eleitoral. Deste modo, foi Deputado à Assembleia Constituinte em 1975-1976 e eleito para a Assembleia da República nas quatro primeiras legislaturas até 1987.

http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt

No âmbito das actividades do Centro de Estudos do Século XIX, regeu cursos sobre História Contemporânea de Portugal, no Grémio Literário, desde 1970 a 1973 (frequentados sobretudo por estudantes universitários, que viam neles um complemento da formação de que não dispunham na Universidade).

No ano lectivo de 1972/73, a convite do Vice Reitor da Universidade Técnica de Lisboa (Prof. António Maria Godinho), deu lições sobre História económica portuguesa dos séculos XVIII e XIX, no Instituto Superior de Economia, integradas nas cadeiras de Economia IV e V.

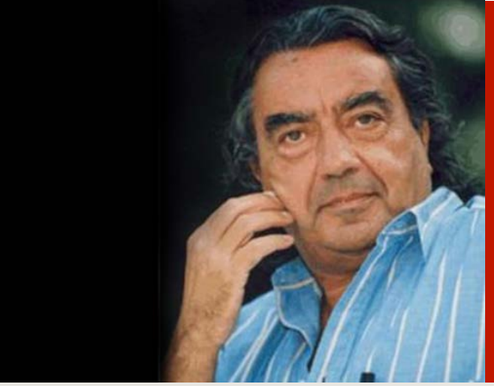
A CRISE ACADÉMICA DE 1962 E A 1ª COMPANHIA DISCIPLINAR DE PENAMACOR

COMUNICADO – Lisboa, 26 de Março de 1962
COLEGA: Efectuou-se anteontem o maior atentado de sempre contra a autonomia da Universidade e a dignidade dos professores e alunos. Por ordem do Governo foi encerrada a Cantina Universitária, passando-se por cima do Sr. Reitor, das Associações e da Comissão Administrativa da dita Cantina. Camiões da polícia, transportando centenas de polícias de choque, armados de pistolas-metralhadoras, tomaram a Cidade Universitária. Tudo isto, para que lá se não realizassem os Colóquios e o jantar de confraternização do Dia do Estudante.

ESTE COMUNICADO, ASSINADO PELAS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES, relatava os factos que deram origem à Crise Académica de 62, que se prolongaria por quase quatro meses: foi a maior e mais longa luta estudantil durante e contra a ditadura. De permeio, assistiu-se a uma greve às aulas nas universidades de Lisboa, Coimbra e Porto, a muitas cargas policiais, algumas com invasão de instalações universitárias, ao pedido de demissão do reitor da Universidade Clássica de Lisboa, Prof. Marcelo Caetano, e à prisão, na noite de 10 para 11 de Maio, dos cerca de 1.500 estudantes que se encontravam na cantina universitária em solidariedade com os seus 81 colegas que faziam a greve de fome. Tudo isto só foi possível porque as estruturas estudantis tiveram uma prática democrática de decisão que permitia a participação directa dos estudantes, unindo-os em torno de reivindicações e propostas justas.

Naturalmente que o poder reagiu de forma violenta. Para além da repressão policial directa, expulsou dezenas de estudantes das universidades, chamando outros, intempestivamente, para o serviço militar, muitos dos quais foram enviados para a Companhia Disciplinar de Penamacor. E, no entanto, nunca o governo conseguiu abafar a voz dos estudantes ou destruir as suas associações. De realçar que estas conseguiram criar estruturas de tal modo eficientes que as suas reuniões nunca foram detectadas pela PIDE – algumas foram feitas no telhado do Hospital de Santa Maria – nem a sua máquina de impressão e distribuição de comunicados foi alguma vez localizada. E dias houve em que se imprimiram e distribuíram quatro comunicados. Estes e outros acontecimentos da Crise Estudantil de 1962, de que agora se comemoram os cinquenta anos, abalaram fortemente o regime de Salazar, destabilizaram a estrutura da sociedade portuguesa, despertaram muitas consciências para a realidade social e política do país e deixaram uma marca indelével em todos os estudantes e professores das três universidades. As associações de estudantes viriam a revelar-se um extraordinário manancial da nova «inteligenzia».

Artur Pinto | http://entreasbrumasdamemoria.blogspot.pt



O SAUDOSO TEMPO DO FASCISMO

por Hélder Costa 1939

DRAMATURGO E ENCENADOR

Frequentou o Institut d'Études Théatrales da Universidade de Sorbonne, em Paris. Integrou o Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra e foi presidente do Cénico de Direito (duas menções honrosas no Festival Mundial de Teatro Universitário de Nancy — 1966-1967). Foi fundador do Teatro Operário de Paris (1970).

Encenador e Director Artístico do grupo A Barraca (prémio UNESCO, 1992), dirigiu vários espectáculos em Espanha, Brasil, Dinamarca e Moçambique. Dirigiu acções pedagógicas e participou em congressos e festivais em França, Alemanha, Suíça, Argentina, Cabo Verde, México, Colômbia, Venezuela, EUA, URSS, Chile e Itália.

Uma das suas peças O Príncipe de Spandau, teve estréia mundial em Viena de Áustria, foi montada na Dinamarca, na Bolívia e em Londres e teve leituras-espectáculo em Madrid, Paris, Bruxelas, Roménia e Lisboa.

Além dos seus textos, tem encenado peças de autores como Gil Vicente, Ribeiro Chiado, Dário Fo, Brecht, Mrozeck, Ettore Scola, Fassbinder, Woody Allen, Lope de Vega,Ionesco ou Molière.

Foi galardoado com vários prémios nacionais e internacionais de que se destacam o Grande Prémio de Teatro da RTP, Damião de Góis; Associação de Críticos; Casa da Imprensa; Prémio da Associação de Actores e Directores da Catalunha e obteve ainda o primeiro prémio do 1.º Festival Internacional da Ciudad de México com a peça Dancing.

Pertence ao corpo pedagógico da Escuela Internacional de Teatro de América Latina y Caribe.

NO DIA 13 DE MAIO DE 1962, às 7 h da manhã, apresentei-me ao portão do quartel de Penamacor. Éramos quatro que vínhamos de Coimbra: o Barbosa, médico, o Morais Cabral, advogado, o Júlio Taborda, professor de Liceu, e eu, estudante de Direito. Gente considerada perigosa, e que, por isso mesmo, tinha sido colocada nesse quartel, que mais tarde soubemos que se tratava de uma Companhia Disciplinar. Realmente, devíamos ser muito perigosos, porque tínhamos sido escolhidos para estrear mais uma jóia da parafernália fascista.

A notícia tinha caído como uma bomba. Lembro-me que tinha acabado de jogar à bola no campo de Santa Cruz. A nossa República, a "Pra-kys-tão", tinha jogado bem, e lá tinha conseguido ganhar aos" Kágados". O Luís Filipe Madeira tinha-me dado uma joelhada numa perna – sem querer, está claro! – doía um bocado, mas lá fomos comemorar ao Mandarim.

A meio dos finos com o Monteiro e o Lameiras, disseram-me que tinha chegado um papel para eu me apresentar em Penamacor. As coisas complicaram-se quando se soube que não tinha sido só eu a receber esse papel. Falava-se do Barbosa e do Morais Cabral.

Então, era história com a Pide... esses já tinham sido presos, o Barbosa, que já era médico, até tinha estado um ano em Caxias... mais umas palmadas nas costas... "é engano, tu safas-te, nunca foste preso, nem sequer interrogado, se isso fosse assim, antes de ti iam para lá outros", etecetera e tal.

O Barbosa sugeriu que eu protestasse, escrevi ao Ministério do Exército, e fui à Pide "esclarecer o assunto". Depois de quatro horas a ser matraqueado com uma máquina de escrever que registava conscienciosamente as minhas prudentes alegações, tive a bendita sorte de ser presenteado com mais três horas de ameno cavaqueio com o tal inspector Sachetti. Esta figura, que tresandava a perfume de cabaret, com o inevitável lencinho de seda ao pescoço, de calva luzidia e bem engraxada, era o retrato fiel da figura nazi do "cliché" cinematográfico (como a malta gostava muito de cinema, até achávamos piada à figura). Bem, a conversa redundou numa situação de impasse quando o sr. inspector começou a perguntar-me porque é que eu tinha tantas actividades Académicas, teatro, Orfeon, secção de Intercâmbio da MC. escrevia na "Via Latina", participava no Conselho das Repúblicas... tentei fazer humor, dizendo que tinha tempo para isso, para estudar, para namorar. .. o chefão não achou graça nenhuma, e atacou informando-me que eu estava previsto para vários cargos dirigentes no Citac, Cine Clube, e na direcção da Associação Académica!

Protestei como pude, que isso era impossível, o Pide sorria e insistia – olhe que é verdade, senhor doutor – percebi que

"Escrevi o saudoso tempo do fascismo. O pessoal, os comunistas, a malta fora do PC, fala sempre do fascismo, através do horror e do sofrimento da luta antifascista. E ninguém fala do prazer da luta. Da alegria da luta contra o fascismo. Da alegria de enganar estes cabrões. Porque a questão fundamental para a gente falar com a juventude é isso. Vocês sabem lá o que a gente gozava com estes cabrões?! Depois apanhávamos porrada. Pois apanhávamos. Mas gozávamos. A adrenalina era essa. Falar do sofrimento, eu? Esses gajos estão errados. Eles deviam era falar da alegria da luta."

Resposta de Helder Costa à pergunta de Joaquim Paulo Nogueira se pensa algum dia escrever sobre si. Ao que respondeu "Vou lá escrever sobre minha vida!", admitindo que "O saudoso tempo do fascismo", é o lugar mais próximo que esteve desse escrever sobre a sua vida.

alguma coisa estava errada no nosso campo de agitação, e fui despedido com ordem de marcha para Penamacor e o aviso que nunca mais me queria ver em Coimbra. (Tempos depois, soubemos que o funcionário clandestino do partido Comunista estava ao serviço da Pide).

A seguir, foi fazer as malas, e tratar das despedidas. Eu pertencia a um grupo, os "Pequenos Prazeres", malta do Citac que se interessava por politica e se reunia em tertúlias gastronómicas. Entre eles, Fausto Monteiro, Eduardo Guerra Carneiro, Amónio Barreto, Cutileiro, Germano Ferreira da Costa, Mendonça Neves, (o Allah), e outros que tais. Levantaram-me o ânimo, ofereceram-me "O valente soldado Schveick", e disseram-me que esse castigo podia ser uma boa experiência para uma futura actividade de escritor, à moda dos romancistas Norte-Americanos, mais Jack London, Sartre, Genet e outros que tais.

Com abraços e gargalhadas, os futuros reclusos tomaram o comboio para Alcatraz decidimos beber uns copos de despedida da civilização em casa do Paulouro, no Fundão. A família foi muito simpática, o José César mobilizou as nossas resistências para enfrentar previsíveis provocações nesse mundo que – só a pouco e pouco íamos sabendo – era constituído por ladrões, assassinos, e (dizia-se) homossexuais. Claro que percebemos a nossa situação: nós, os políticos, éramos a "escória da sociedade".

À noite, já em Penamacor, um barbeiro fez de chefe de trupe e rapou-nos meticulosamente. No dia seguinte, 13 de Maio, em vez de irmos a Fátima, estávamos frente à sentinela, atrás do portão do quartel de Penamacor.

O que se seguiu dá uma grande história que não cabe nesta crónica. No entanto, não quero deixar de registar que foi nesse mundo marginal que vi, irónica e paradoxalmente, serem assumidos alguns códigos de honra: ser solidário, odiar os bufos e lambe-botas, e enfrentar com coragem - ou com humor -, as autoridades intocáveis e os seus lacaios. Afinal de contas, acho que fiquei a ganhar com o castigo de ter sofrido mais uma miserável medida repressiva do fascismo português.

Última nota: durante muito tempo, este grupo julgou que tinha inaugurado o sector político estudantil dessa Companhia Disciplinar. Muito recentemente soube que o quartel de Penamacor já tinha tido esse funcionamento nos anos 30/40, e que, curiosamente, parece que o último "cliente" dessa época tinha sido Álvaro Cunhal!

http://aviagemdosargonautas.ne

P154 Soldado básico

Mais um óptimo artigo do nosso camarada de Batalhão, António Tavares

CARO FERNANDO BARATA, ao ler o seu escrito "especialidades no nosso batalhão", lembro um Soldado Básico, que por razões óbvias omito o nome, mas recordo. Na formação do BCAÇ.2912 no CIM de Santa Margarida, tivemos um Soldado Básico... Licenciado em Medicina! Soldado Básico por motivos políticos com o único mal de ter ideias diferentes daqueles que nos mandavam ir matar e morrer... a bem da Pátria. Esteve no Presídio Militar de Penamacor onde passou dificuldades de vária ordem... e até económicas! Homem de fino trato sempre pronto a ajudar quem precisasse dos seus serviços médicos com a sua mala triangular, estetoscópio, antipiréticos, anti-inflamatórios, ligaduras, etc. ... Um espírito João Semana!

(...)

Em 1971 ou 1972 encontrei-o na Guiné, tenho a ideia que como Alferes Miliciano Médico. Os seus bons serviços e competência técnica foram precisos naquela macabra guerra de guerrilha, onde se matava para não morrer! Quarenta anos passados é o que recordo do Senhor Dr. ... assim conhecido e tratado pelos milicianos! Os ex-combatentes conhecem bem histórias de repressão política, nos anos de 1961 a 1974 a vários cidadãos de pensamento contrário ao regime vigente de então. A Juventude do pós 25 de Abril/74, por muito que leia, veja e ouça, não tem, e felizmente!, a noção e a vivência de uma guerra de guerrilha que visava a conquista das populações nativas segundo a propaganda da época.

António Tavares | http://dulombi.blogspot.pt

Hibernação física e mental

SEMANÁRIO "O Jornal" 7.9.84

João Morais Cabral *
e António Barbosa da Silva **

Quando um despacho de 1961 do então ministro da Marinha, Quintanilha Mendonça Dias, nos desligou, com base nas informações remetidas pela PIDE, da reserva Naval, ficámos, automaticamente, a aguardar a incorporação na Companhia Disciplinar de Penamacor — A CD ou, como ironicamente lhe chamávamos, o «Corpo Diplomático» do Exército — o que veio a verificar-se em 13 de Maio do ano seguinte, em plena crise académica de Coimbra.

Todo o grupo, constituído por nós os dois, pelo Hélder Costa e pelo Fernando Taborda, professor do liceu, saiu de Coimbra, num domingo de manhã, viajando de comboio até ao Fundão onde o Paulouro das Neves, actual embaixador em Maputo, nos recolheu para nos conduzir, de carro, até Penamacor.

Nesse mesmo dia da chegada, associou-se-nos o Andrade, técnico de desenho na Marinha Grande, onde ainda reside, e alugou-se um quarto na Pensão Seguro, a cerca de 20 metros do quartel, onde, de moto próprio, e para evitarmos dar esse prazer aos responsáveis pela Companhia, nos rapámos à escovinha. Lá dentro já encontrámos o José Pinho, outro dos «políticos», da Covilhã. Dias mais tarde chega a leva de Lisboa com o Humberto Beiço, engenheiro, o Álvaro Morna, estudante que, com os seus 19 ou 20 anos era o mais novo de todos, o Claro e o Leonel Brito. Posteriormente o grupo veio a reduzir-se pois o Taborda, o Hélder Costa e o Claro tiveram a fortuna de se poderem ir escapando para os hospitais.

Constituía, nessa altura, o corpo de oficiais, o tenente-coronel Milheiros, cumpridor zeloso das ordens governamentais e da polícia — constava que só assim conseguira fazer toda a sua carreira em Penamacor, de onde era natural e onde tinha propriedades, tendo mesmo sido criado para ele um lugar com o pomposo título de «Comandante Militar» logo que foi promovido a major; o capitão Pinto Cardoso, «olhos» directos e atentos da PIDE; o tenente Cravinho (irmão de João Cravinho), actual oficial da Guarda Fiscal no Algarve, que nos entregava, entre outras coisas, os comunicados da RIA e que ali estava pelos «cabelos»; e dois aspirantes milicianos que, como aquele, procuravam insistentemente a sua transferência.

Penamacor, 1961
António Barbosa, médico, e João Morais Cabral, advogado (da direita para a esquerda) fotografados no quartel de Penamacor com o dramaturgo e encenador Hélder Costa e um companheiro de degredo

Esses primeiros tempos, enquanto não nos adaptámos ao isolamento, à distância em relação a acontecimentos que decorriam em Coimbra e em Lisboa, à sensação permanente da presença policial e à «hibernação» física e mental a que nos queriam obrigar, foram efectivamente bastante duros.

Aqui, as licenciaturas em Direito e Medicina foram reconhecidas como habilitação suficiente para exercermos funções no «quadro administrativo» e no «quadro de saúde» do quartel. Assim foram-nos cometidas, respectivamente, as tarefas de escrivão e faxina de limpeza da enfermaria.

Mas aos poucos, fomo-nos adaptando ao ambiente e criando óptimas relações e amizades com os restantes companheiros de desterro, na sua grande maioria provenientes de prisões civis a quem explicávamos a nossa situação, referindo, com insistência, o que defendíamos e desejávamos para o futuro.

Tão receptivos se mostraram, assim como à assistência médica e cultural (chegámos a leccionar algumas matérias) que lhes prestávamos, que, espontaneamente, se preocupavam em nos proteger de qualquer acto menos agradável por parte de alguns recém chegados.

Lembramo-nos que, ao contrário do que se passava entre eles, nunca nos foi furtado qualquer objecto, nem sequer dinheiro, que, por esquecimento, deixávamos fora das caixas onde guardávamos as nossas coisas. A nós contavam as suas aventuras não militares, referiam os seus problemas e, até ofereciam os seus «serviços» — ... «é só dizer onde 'ela' (a mas sa) está porque vamos lá buscá la para os senhores...»

Três acontecimentos

Esse respeito e consideração eram permanentemente manifestados no dia-a-dia por um sem-número de pequenos factos que no fundo traduziam a consciência de que os «políticos», embora não se enquadrando no seu mundo e valores morais, representavam algo de novo a que também, nebulosamente, aspiravam.

Três acontecimentos, ocorridos durante aquele ano e meio e nos quais a nossa influência se fez particularmente sentir, merecem ser referidos:

— Um levantamento de rancho por ter sido encontrado um ninho de ratos no pão que fora distribuído e que era remetido do Entroncamento, ficando dias a fio dentro de sacos numa arrecadação. O facto não voltou a repetir-se e nenhum castigo foi aplicado;

— Uma greve de alguns dias à cantina, seguida por todos os nossos companheiros, como protesto pela prisão do José Pinho por ter ido pedir ao oficial de dia, juntamente com mais 3 ou 4 soldados, autorização para se ver um desafio de futebol na televisão. Esse simples facto foi considerado pelo tal oficial «manifestação colectiva». O José Pinho foi nessa altura libertado mas, mais tarde, veio a ser, inesperadamente, transferido para a Casa de Reclusão de Viseu e depois para o Forte de Elvas, onde o apoio de «ex-penamacorenses não políticos» lhe foi de extrema valia;

— A tentativa de revolta para cuja chefia foi convidado o António Barbosa. O plano exposto pelo «56», num sábado de manhã, era simples — na noite de domingo para segunda, liquidavam-se as sentinelas, atacava-se a GNR e a GF onde o armamento e munições estavam guardados desde os acontecimentos dos anos 50, e constituía-se uma coluna que, a ferro e fogo, deveria atravessar o Alentejo e embarcar, do Algarve, para o norte de África onde pediríamos asilo político... Perante a discordância do Barbosa quanto à oportunidade e viabilidade desse movimento que não tinha de base razões reputadamente políticas, nem se podia enquadrar em qualquer movimento de carácter geral, a ideia foi abandonada, tendo então, alguns decidido fugir de Penamacor.

O quartel estava cercado

Referimo-nos atrás aos «acontecimentos dos anos 50» que nos foram relatados por alguns dos intervenientes, nomeadamente o «Banana», que ainda se encontrava na Companhia quando lá chegámos, ou seja, cerca de 10 anos depois dos factos.

> **«Penamacor era mais um um instrumento de repressão, intimidação e até despersonalização que o regime usava para satisfazer os seus interesses que, frequentemente, se confundiam com os dos seus próprios servidores»**

Por razões que já não recordamos, um oficial deu 2 bofetadas num soldado que, desesperado, atravessa a parada a correr e lança-se do muro do quartel, de uma altura de 8 a 10 metros, ficando inanimado nuns terrenos de cultivo. Feita uma tentativa por parte dos seus companheiros para o socorrer, a ela se opõem os oficiais pelo que, de imediato, aqueles desarmam a guarda, assaltam o paiol, apoderam-se das armas e saem para a vila onde durante todo dia provocam distúrbios, até que às 20 horas, com o toque de recolher, todos voltam calmamente para as suas casernas. É óbvio que, no dia seguinte, ao acordarem, todo o quartel estava cercado por tropas e polícias vindas de Castelo Branco que a todos deteve.

De todo esse período, ainda temos bem presente a aversão — quase ódio — misturado com medo, por parte do comandante Milheiros, ainda vivo; o ambiente de constante ameaça e provocação por ele imposto não apenas aos «políticos» mas a todos os incorporados — o Forte de Elvas, com o seu «pipo» e a sua «redonda», e o Presídio de Santarém, cujos regimes prisionais se assemelhavam, ainda em 62, aos da época medieval, surgiam a todo o momento e pelas razões mais fúteis; as provas de consideração de alguns oficiais milicianos e, até do quadro, de onde ressalta o nome do capitão Mário Campos — substituto do capitão Cardoso — a que aqui prestamos homenagem pela seriedade, rectidão de espírito e inteligência com que conseguiu evitar a influência do ambiente geral.

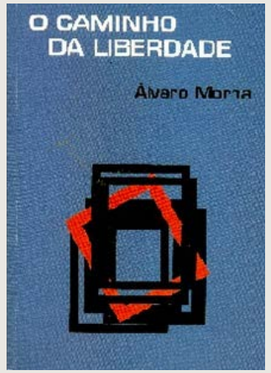
Sujeitos como nós à pressão constante do comandante estavam também os nossos guardas, soldados rendidos periodicamente, pertencentes, ao Regimento de Castelo Branco. Marginalizados por todos, sobrecarregadíssimos de serviços, acabavam, afinal, por se sentir tão punidos como os que deviam vigiar.

Eis o que era Penamacor em 1962 — mais um instrumento, desconhecido de muitos, de repressão, intimidação e até despersonalização que o regime fascista usava e abusava para satisfazer os seus interesses que, frequentemente, se confundiam com os dos seus próprios servidores.

* Licenciado em Direito e director bancário.
** Médico.

Álvaro Morna

1940 – 2005



NASCIDO NO PORTO A 31 DE AGOSTO DE 1940, de onde saiu cedo para viver em Leiria, Morna, militante anti-fascista, fugiu de Portugal, desertando da tropa quando se encontrava na Companhia Disciplinar de Penamacor, para escapara à guerra colonial, refugiando-se em França, onde trabalhou em várias profissões. No início dos anos 1980 entrou para o jornalismo, começando pelo serviço da Radio France Internationale (RFI) dirigido à comunidade portuguesa, passando mais tarde para a redacção destinada à África Lusófona, onde continuava a trabalhar.

Durante estes anos, foi correspondente em França da Agência Lusa, Diário de Notícias e Rádio Renascença. "Era sobretudo um jornalista humanista sensível", resume o jornalista Daniel Ribeiro, correspondente do Expresso e antigo colega de vários anos na RFI, que também lembra o seu empenho no movimento associativo. As suas qualidades humanas são também exaltadas pelo amigo João Heitor, proprietário da Livraria Lusophone, em Paris, que recorda o empenho de Álvaro Morna na ajuda aos emigrantes que viviam nos bairros de lata, nos anos 1960 e 1970.

No entanto, é o seu talento de escritor que prefere sublinhar, lamentando que se tenha revelado tarde esta faceta de Álvaro Morna, com o livro "O caminho da Liberdade", publicado em 2004 em Portugal.

NO ESTRANGEIRO, QUER ESTIVÉSSEMOS EM PARIS, Argel ou Praga, continuaríamos a nossa luta para pôr fim a uma guerra contrária ao curso da História. Mas antes, era preciso derrubar o regime que incarnava a negação dessa mesma História. Para nós, a guerra, a guerra suja nas colónias, só terminaria com a queda da ditadura.

Esta reflexão trouxe-me subitamente uma grande serenidade e senti-me invadido por uma calma estranha. A certeza que passaríamos nessa noite a nossa primeira fronteira, apareceu-me como algo de inevitável, que nenhuma força poderia travar. Foi então que, como por magia, vi desenhar-se à minha frente, naquela estrada sinuosa, um rasto luminoso, como uma nova estrada de Santiago que se abria, para me conduzir para o caminho da liberdade.

Agência LUSA, 04 Maio, 2005 | www.rtp.pt

O Caminho da Liberdade de Álvaro Morna

GRUPO DE POLÍTICOS EM PENAMACOR, 1962

Amadeu Lopes Sabino

ESCRITOR | 1943

LICENCIADO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DE LISBOA (1967), foi advogado, jornalista, docente universitário e funcionário europeu. Redator da Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (1966-1967). Redator do Diário de Lisboa, entre 1968 e 1971, e redator (depois, chefe de Redação) da revista O Tempo e o Modo, entre 1967 e 1971, obteve reconhecimento público durante a fase final do Estado Novo através de artigos, ensaios e crónicas que tornaram visíveis, dentro dos limites da censura à imprensa, as teses maoístas e pró-chinesas, sobretudo no quadro da política internacional. Ao longo do mesmo período, desenvolveu intensa atividade política, legal e clandestina. Foi também no Diário de Lisboa e n´O Tempo e o Modo que publicou os primeiros textos de ficção. Dirigente associativo dos estudantes universitários, presidiu à direcção da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (1966/1967) e foi membro do secretariado geral da RIA (Reunião Inter-Associações, 1967/68). Fundador da EDE (Esquerda Democrática Estudantil, 1968), esteve na origem da fundação do MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado,1970).

AMADEU LOPES SABINO (n. 1943, Elvas) é condenado em 1972 por crimes contra a segurança do Estado e despachado para Penamacor. Desconfiados, os comandos da Companhia Disciplinar dão-lhe um lugar de faxina na secção de justiça mas, aos poucos, sabendo-o licenciado em Direito, logo o encarregam de despachar dezenas de processo esquecidos nas gavetas da secção. Perante camponeses analfabetos, simples marginais, malteses pobres, acusados sem provas nem indícios, o faxina exerceu de facto as funções de oficial de justiça e libertou presos dos cárceres, muitos deles por simples motivo de prazos excedidos. Foi um acto poético e passados 38 anos muitos desses elementos da Companhia Disciplinar ainda lhe estão gratos.

http://aspirinab.com

Preso pela PIDE em 1971, na sequência da publicação da brochura "Inquérito operário e luta política", foi condenado pelo Tribunal Plenário a 22 meses de prisão e incorporado em regime disciplinar militar na Companhia Disciplinar de Penamacor.
Exilou-se na Suécia entre 1973 e 1975, tendo seguido uma pós-graduação em Sociologia Política na Universidade de Lund. De regresso a Portugal, participou em movimentos de extrema esquerda durante o período revolucionário que se seguiu ao 25 de abril de 1974. Enquanto jurista, foi um dos expoentes da chamada "justiça popular", especialmente no quadro da AEPPA (Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas). Após 1976, abandonou a política ativa. De 1978 a 1980, seguiu uma pós-graduação em Direito das Empresas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. A partir de 1969 ao final da década de 90, colaborou regularmente na imprensa (JL-Jornal de Letras, Artes e Ideias, Diário de Notícias, Gazeta da Semana, O Jornal, O Elvense, Expresso, Jornal do Fundão, A Capital, entre outros). Funcionário das instituições europeias de 1984 a 2008, residindo em Bruxelas, foi conselheiro jurídico e, depois, diretor no Serviço Jurídico do Conselho da União e conselheiro especial do Presidente da Comissão, Durão Barroso. Nessa qualidade, publicou artigos e estudos em revistas de Direito Europeu, nomeadamente na Revue du marché commun et de l'Union européene e na Revue trimestrielle de Droit européen.

http://pt.wikipedia.org

A famosa barrilada erra praticada no forte de Elvas

Luís de Carvalho

NEUROCIRURGIÃO | 1933

CHEFE DE SERVIÇO DE NEUROCIRURGIA DO HGSA APOSENTADO.
Ex-Director Clínico e ex-Director do HGSA.
Trabalhou como médico desde 1963 até à aposentação em Novembro de 1999, isto é, ao longo de 36 anos e meio. Exerceu intensa actividade no campo da direcção e gestão de hospitais.
Nasceu em Barcelos, em 1933. Em Outubro de 1950 iniciou a frequência do curso de medicina, que só concluiu em 1960. O atraso na conclusão do curso deveu-se ao facto de, em consequência da sua militância político-associativa, ter siso punido pelo regime político de então com 12 meses de prisão e 16 meses de serviço militar na Companhia Disciplinar de Penamacor.

Luís de Carvalho, contributos para a História do Hospital Geral de Santo António | http://pt.wikipedia.org

José António Pinho (direita) e António Barbosa (esquerda) em Penamacor, 1962

José António Pinho

JOSÉ ANTÓNIO PINHO (Melo, concelho de Gouveia) esteve detido em várias prisões civis e militares durante o Estado Novo. Foi preso pela PIDE em 1959, tendo sido incorporado, três anos depois, no Serviço Militar. A sua acção antifascista conduziu-o a um périplo por diversos presídios militares, a começar por Penamacor. Em 1963, cumpriu prisão na Casa de Reclusão Militar de Viseu. Dado como indesejável ao Exército de Salazar, foi enviado para o Presídio Militar do Forte da Graça, em Elvas, onde foi duramente punido ao trabalho forçado do barril. Em 1967, foi novamente preso pela PIDE, pela sua intervenção no movimento associativo.

Desenvolveu grande actividade política ao lado do escritor António Alçada Baptista, nas pseudo-eleições de 1969, apresentando-se, em 1973, nas listas do MDP-CDE como candidato pelo círculo de Castelo Branco à Assembleia Nacional. Foi militante do PCP entre 1958 e 1982.
Actualmente é dirigente e presidente de vários clubes e associações da Covilhã: Grupo Campos Melo, Clube Nacional de Montanhismo, Clube Desportivo da Covilhã e Sporting Clube da Covilhã. É co-fundador da Federação de Desportos de Inverno de Portugal, a qual presidiu de 2000 a 2008. É ainda membro da direcção da Rádio Clube da Covilhã e empresário na área dos combustíveis nesta cidade.

http://pt.wikipedia.org

Arménio Vieira 1941

ARMÉNIO VIEIRA NASCEU A 24 DE JANEIRO de 1941 na cidade da Praia, Cabo Verde. Exerceu múltiplas actividades profissionais, tendo sido nomeadamente redactor do extinto jornal Voz di Povo. Como poeta e ficcionista publicou Poemas (1981), o Eleito do Sol (romance, 1990), No Inferno (romance, 1999), editado no ano seguinte em Portugal pela Caminho, e MITOgrafias (2006). Tem colaboração dispersa em várias publicações (Mákua, Alerta, Boletim de Cabo Verde, Imbondeiro, Vértice, Raízes, Ponto & Virgula, entre outras) e está incluído em diversas colectâneas. Em 2009 foi-lhe atribuído o Prémio Camões. Helena Buescu, que presidiu ao júri, afirmou que Arménio Vieira "produziu uma obra que merece entrar para um certo cânone das literaturas em língua portuguesa". E o seu conterrâneo Germano Almeida definiu-o como "um dos maiores poetas do arquipélago".

http://pt.wikipedia.org

LISBOA, 1971

Em verdade Lisboa não estava ali para nos saudar.

Eis-nos enfim transidos e quase perdidosno meio de guardas e aviões da Portela

Em verdade éramos o gado mais pobred'África trazido àquele lugare como folhas varridas pela vassoura do ventonossos paramentos de presunção e de casta.

E quando mais tarde surpreendemos o espantoda mulher que vendia maçãse queria saber d'onde... ao que vínhamosdescobrimos o logro a circular no coração do Império.

Porém o desencanto, que desce ao peitoe trepa a montanha,necessita da levedura que o tempo fornece.

E num camião, por entre caixotes e resquícios da véspera,-fomos seguindo nosso destinonaquela manhã friorenta e molhada por chuviscos d'inverno.

A Ovídio Martins e Oswaldo Osório

ERA UMA VEZ UM ALFERES

por Mário de Carvalho

O TÍTULO DA EDIÇÃO BRASILEIRA – ERA UMA VEZ UM ALFERES – advém de um dos contos de Os alferes, publicado isoladamente em 1984 (Lisboa: Rolim). Os alferes se compõe de três narrativas: "A última cavalgada", "Há bens que vêm por mal" (já anteriormente publicado em Contos Soltos, Lisboa: Quatro Elementos, 1985 – título jamais reeditado ou reimpresso, do qual quase não se tem notícias nas histórias literárias e na bibliografia do autor), e "Era uma vez um alferes". A unidade do volume é dada pela presença, nas três narrativas, da(s) personagem(ns) alferes, envolvida(s) ou nas guerras de África ("A última cavalgada" e "Era uma vez um alferes") ou em Timor ("Há bens que vêm por mal"). Nesses relatos, o autor problematiza a história recente de Portugal e suas relações com as ex-colônias, refletindo, ainda, mesmo que de maneira indireta, sobre sua própria biografia, como ele mesmo admite em entrevista dada à Revista Ler ("Alguma coisa me perturba" In: Ler nº 34. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 38-49.), ao comentar que, quando saiu da prisão, uma vez que fora preso pelo regime salazarista, acusado de ações subversivas, "soube, por via muito segura, que estava destinado à Companhia Disciplinar de Penamacor, para onde eram remetidos todos os cadastrados de delito comum (...). Também muitos presos políticos passaram por lá. Iam como soldados rasos e as funções na Guerra Colonial eram as mais perigosas: desmontagem de minas e coisas desse gênero". Na altura, Mário de Carvalho achou que era demais e resolveu sair do País. Mas a sua personagem em "Era uma vez um alferes" age diferentemente do autor – que esteve exilado em França e Suécia, regressando após o 25 de Abril de 1974, que o surpreendeu na Suécia. A personagem carvalhiana lamenta não ter fugido para o exílio e ter acabado ali em África – "Maldita Nhambire, maldita África. África das cores fortes, da imundície, das doenças podres, da crueldade tão animalesca, quase inocente".

www.omarrare.uerj.br

DENEGAÇÃO POR ANÁFORA MERENCÓRIA

por Mário de Carvalho

EU NUNCA FUI OBRIGADO A FAZER A SAUDAÇÃO FASCISTA aos «meus superiores». Eu nunca andei fardado com um uniforme verde e amarelo de S de Salazar à cintura. Eu nunca marchei, em ordem unida, aos sábados, com outros miúdos, no meio de cânticos e brados militares. Eu nunca vi os colegas mais velhos serem levados para a «mílícia», para fazerem manejo de arma com a Mauser. Eu nunca fui arregimentado, dias e dias, para gigantescos festivais de ginástica no Estádio do Jamor. Eu nunca assisti ao histerismo generalizado em torno do «Senhor Presidente do Conselho», nem ao servilismo sabujo para com o «venerando Chefe do Estado». Eu nunca fui sujeito ao culto do «Chefe», «chefe de turma», «chefe de quina», «chefe dos contínuos», «chefe da esquadra», «chefe do Estado». Eu nunca fui obrigado a ouvir discursos sobre «Deus, Pátria e Família». Eu nunca ouvi gritar: «quem manda? Salazar, Salazar, Salazar». Eu nunca tive manuais escolares que ironizassem com «os pretos» e com «as raças inferiores». Eu nunca me apercebi do «dia da Raça». Eu nunca ouvi louvar a acção dos «Viriatos» na Guerra de Espanha. Eu nunca fui obrigado a ler textos escolares que convidassem à resignação, à pobreza e ao conformismo; Eu nunca fui pressionado para me converter ao catolicismo e me «baptizar». Eu nunca fui em grupos levar géneros a pobres, politicamente seleccionados, porque era mesmo assim. Eu nunca assisti á miséria fétida dos hospitais dos indigentes. Eu nunca vi os meus pais inquietados e em susto. Eu nunca tive que esconder livros e papéis em casa de vizinhos ou amigos. Eu nunca assisti à apreensão dos livros do meu pai. Eu nunca soube de uma cadeia escura chamada o Aljube em que os presos eram sepultados vivos em «curros». Eu nunca convivi com alguém que tivesse penado no Tarrafal. Eu nunca soube de gente pobre espancada, vilipendiada e perseguida e nunca vi gente simples do campo a ser humilhada e insultada. Eu nunca vi o meu pai preso e nunca fui impedido de o visitar durante dias a fio enquanto ele estava «no sono». Eu nunca fui interpelado e ameaçado por guardas quando olhava, de fora, para as grades da cadeia. Eu nunca fui capturado no castelo de S. Jorge por um legionário, por estar a falar inglês sem ser «intréprete oficial». Eu nunca fui conduzido à força a uma cave, no mesmo castelo, em que havia fardas verdes e cães pastores alemães. Eu nunca vi homens e mulheres a sofrer na cadeia da vila por não quererem trabalhar de sol a sol. Eu nunca soube de alentejanos presos, às ranchadas, por se encontrarem a cantar na rua. Eu nunca assisti a umas eleições falsificadas, nunca vi uma manifestação espontânea ser reprimida por cavalaria à sabrada; eu nunca senti os tiros a chicotearem pelas paredes de Lisboa, em Alfama, durante o Primeiro de Maio. Eu nunca assisti a um comício interrompido, um colóquio desconvocado, uma sessão de cinema proibida. Eu nunca presenciei a invasão dum cineclube de jovens com roubo de ficheiros, gente ameaçada, cartazes arrancados. Eu nunca soube do assalto à Sociedade Portuguesa de Escritores, da prisão dos seus dirigentes. Eu nunca soube da lei do silêncio e da damnatio memoriae que impendia sobre os mais prestigiados intelectuais do meu país. Eu nunca fui confrontado quotidianamente com propaganda do estado corporativo e nunca tive de sofrer as campanhas de mentalização de locutores, escribas e comentadores da Rádio e da Televisão. Eu nunca me dei conta de que houvesse censura à imprensa e livros proibidos. Eu nunca ouvi dizer que tinha havido gente assassinada nas ruas, nos caminhos e nas cadeias. Eu nunca baixei a voz num café, para falar com o companheiro do lado. Eu nunca tive de me preocupar com aquele homem encostado ali à esquina. Eu nunca sofri nenhuma carga policial por reclamar «autonomia» universitária. Eu nunca vi amigos e colegas de cabeça aberta pelas coronhas policiais. Eu nunca fui levado pela polícia, num autocarro, para o Governo Civil de Lisboa por indicação de um reitor celerado. Eu nunca vi o meu pai ser julgado por um tribunal de três juízes carrascos por fazer parte do «organismo das cooperativas», do PCP, com alguns comerciantes da Baixa, contabilistas, vendedores e outros tenebrosos subversivos. Eu nunca fui sistematicamente seguido por brigadas que utilizavam um certo Volkswagen verde. Eu nunca tive o meu telefone vigiado. Eu nunca fui impedido de ler o que me apetecia, falar quando me ocorria, ver os filmes e as peças de teatro que queria. Eu nunca fui proibido de viajar para o estrangeiro. Eu nunca fui expressamente bloqueado em concursos de acesso à função pública. Eu nunca vi a minha vida devassada, nem a minha correspondência apreendida. Eu nunca fui precedido pela informação de que não «oferecia garantias de colaborar na realização dos fins superiores do Estado». Eu nunca fui objecto de comunicações «a bem da nação». Eu nunca fui preso. Eu nunca tive o serviço militar ilegalmente interrompido por uma polícia civil. Eu nunca fui julgado e condenado a dois anos de cadeia por actividades que seriam perfeitamente quotidianas e normais noutro país qualquer; Eu nunca estive onze dias e onze noites, alternados, impedido de dormir, e a ser quotidianamente insultado e ameaçado. Eu nunca tive alucinações, nunca tombei de cansaço. Eu nunca conheci as prisões de Caxias e de Peniche. Eu nunca me dei conta, aí, de alguém que tivesse sido perseguido, espancado e privado do sono. Eu nunca estive destinado à Companhia Disciplinar de Penamacor. Eu nunca tive de fugir clandestinamente do país. Eu nunca vivi num regime de partido único. Eu nunca tive a infelicidade de conhecer o fascismo.

MdC | http://mariodecarvalho.com | 04-09-2012

SOLDADO AÇOREANO E HOMOSSEXUAL

TERMINADO O C.O.M. EM MAFRA preenchi um papel onde indicava três quartéis onde preferia ser colocado depois da promoção a oficial.

Escolhi naturalmente Coimbra e em alternativa Aveiro ou Leiria. Simpáticos como eram os Senhores da Guerra mandaram-me para a Companhia Disciplinar de Penamacor. Era um quartel onde assentavam praça os mancebos refractários e aqueles que, não o sendo, tinham sido condenados por algum tribunal civil antes da sua incorporação militar. Os oficiais milicianos ali colocados para darem instrução militar àqueles recrutas eram escolhidos dentre aqueles que, por algum motivo mesmo pouco importante, já tinham sido anteriormente convidados da pide, ali tendo deixado o seu registo.

Esta última parte não estava escrita em lado nenhum, mas as coincidências das histórias de cada um dos quatro aspirantes ali colocados tornavam evidente que a escolha não tinha sido casual. Estiveram lá comigo o Sá Carneiro (sobrinho do então "perigoso" líder da ala liberal), o Zé Mota, parente do Magalhães Mota, deputado também da mesma ala liberal e o António Moreira que tinha sido preso em Famalicão sob a acusação de ser comunista. Este último acabou por morrer em combate na Guiné...

Fiquei desanimado quando recebi a guia de marcha, não só por ser longe e sem meios de transporte capazes, mas principalmente por me dizerem que se tratava de um quartel de "presidiários".

Hoje, porém, considero que o meu melhor tempo de tropa foram os três meses que ali estive. Só havia um pelotão de trinta recrutas e os aspirantes instrutores eram quatro. Logo dividimos pelos quatro as tarefas da instrução, o que significava que dando cada um duas horas de aulas ou exercícios ficávamos com o resto do dia livre.

Para além disso conheci no meio daqueles soldados, verdadeiras figuras inesquecíveis e que muito enriqueceram o meu conhecimento da vida: ladrões, proxenetas, burlões, vigaristas...

Lembro-me do simpatiquíssimo Cristo que obteve esse alcunha por ter o vicio de roubar as caixas de esmolas e os santinhos das igrejas. Do Houdini que assim se auto designava por fazer desaparecer, num relâmpago, tudo o que de valor lhe passasse por perto. Do Clark Gable que engatava miúdas com o seu ar de galã e as punha a render em Lisboa em seu proveito.

Do Maestro que uma vez foi chamado pelo autarca de Penamacor porque o cofre da Câmara se tinha encravado. Em menos de cinco minutos, só com o ouvido a escutar os imperceptíveis estalidos das rodas dentadas do segredo, e um pequeno arame na mão, abriu a porta do cofre de par em par.

Recordo-me ainda, com alguma pena, do "velhinho", já com 43 anos de idade e mais de 20 de tropa, que fugia e voltava a ser preso cada vez que lhe davam licença para ir a casa buscar a sua roupa civil para depois ser passado à disponibilidade. Disse-me que o fazia propositadamente, porque com aquela idade já não sabia encontrar modo de vida que lhe proporcionasse cama, mesa e roupa lavada.

Deixo para o fim o soldado nº 42 (Elias, de seu nome...). Era visivelmente maricas. E tinha um jeitão para passar a ferro, coser botões e arrumar meticulosamente o quarto onde eu e o Sá Carneiro dormíamos.

Natural dos Açores, foi parar a Penamacor porque tinha sido condenado por um Tribunal açoriano, enquanto civil.

Costumava travestir-se de mulher provocante e sensual e, de conluio com um seu parceiro angariador de clientes, ambos abordavam os passageiros mais velhos dos aviões que faziam escala nos Açores, entre a Europa e os EUA, propondo-lhes, enquanto durava a paragem do avião, uns momentos de sexo com a "rapariga", a troco de um punhado de dólares.

Nunca cheguei a perceber se os velhos americanos chegavam a ter tempo de descobrir o engano, mas isso pouco importava porque o pagamento era antecipado e o "travesti" era atraente...

De facto, o rapaz (!) não tinha pêlos no corpo, tinha uma carinha de menina e, segundo dizia, usava cabeleira e seios postiços que facilmente enganavam o mais pintado.

No quartel de Penamacor, atendendo ao seu visível jeito para as lides femininas, foi por nós escolhido como "impedido" no serviço de quartos dos oficiais. O que lhe conferia alguns privilégios na dureza da instrução militar.

À noite, era preciso "enxotá-lo" para sair do nosso quarto, dizendo-lhe que já não precisávamos dele. Mas, teimoso, sempre argumentava que não se ausentaria sem ter a certeza que "os nossos aspirantes" ficavam bem deitadinhos e confortáveis nas suas camas...

Quase que nos obrigava a despirmo-nos e enfiarmo-nos debaixo dos lençóis para então, sim, fechar a luz e sair para a sua caserna.

Chamávamos-lhe "a quarenta e duas..."

A revolta dos Soldados

A COMPANHIA REGRESSAVA DA CARREIRA de Tiro. Já se avistava a vila de Penamacor. O cadenciado das botas cardadas não tardou a fazer-se ouvir no empedrado das ruas estreitas. As mulheres, de lenço preto à cabeça, assomavam às janelas. Os miúdos, com ar divertido e curioso, corriam para as beiras dos passeios. Belo, o estudante de economia, fez ecoar a sua voz maliciosa: "Força camaradas!"
A uma só voz a canção irrompe como um hino de vitória:

Amor já se aproxima a hora
de darmos as mãos e dançar
A ronda que começa agora.
Eia! Agora!
Havemos todos de cantar

O Povo de Penamacor parava para ouvir e ver desfilar a Companhia. Duzentas vozes, quatrocentas botas enchiam por completo as ruas. O médico soldado Barbosa da Silva sobressaía pela sua estatura, algo desajeitada, e pela cabeça sempre inclinada. Já era figura conhecida na vila. Os mais pobres procuravam-no para curar os seus males. O médico soldado consultava de borla. "É político, é contra Salazar", diziam em voz baixa uns para os outros.
E a canção fazia-se ouvir cada vez mais forte:

Mas precisamos ir primeiro
por uma madrugada fria
fazer dos anseios bandeira
na dor temperar a alegria

A Companhia avança em direcção ao quartel. Os cabos Grilo e Afonso, naturais da região, faziam peito lá à frente dos "corrécios" e, sem saberem que se tratava de um hino revolucionário, esforçavam-se por entoar a canção.
Ultrapassada a porta de armas, um pequeno túnel dá acesso à parada. A Companhia estende-se. A voz de comando faz-se ouvir: "Companhia, esquerda volver!"
Os soldados, impecavelmente fardados, à parte o pó que lhes cobria as botas, continuavam a cantar:

E o novo dia se levanta
vadiando da rua ao telhado.
Amor estende a tua manta
vamos dormir sobre o passado.

Excerto do livro
"A Revolta dos Soldados",
de José António Pinho

ECOS DO LUGAR

DEIXO UM ALVITRE. Não gostaria de chegar a situações extremas como em Singapura (mas lá que resultam, resultam!). Lembro, porém, que para os lados de Penamacor existe um antigo quartel do Exército onde em tempos (certamente jurássicos!), funcionou a primeira companhia disciplinar, que se destinava a acolher os mancebos que por via de possuírem cadastro eram ali colocados quando chegava a sua vez de cumprirem o serviço militar obrigatório (de saudosa memória!).
Porque é que não se remodela o local (não é preciso muito!), e se põem lá os drogados todos?
Não, não é inconstitucional, esses nossos concidadãos – que se recusaram aliás a sê-lo -, por via do vício que têm, deixaram de ser livres, logo são inimputáveis para determinadas responsabilidades e incapazes de decidirem do seu destino. Tornaram-se um peso e um perigo para a sociedade.
Vão por mim: coloquem-nos em Penamacor, ponham lá médicos e enfermeiros para os acompanharem – eles afinal estão doentes! ... -, agora obriguem-nos a ganhar o pão de cada dia, ponham-nos a trabalhar, na agricultura, na pecuária, nos ofícios, em algo, mas a trabalhar e no duro. Obriguem-nos a fazer desporto e paguem-lhes as mais valias que eventualmente produzam. Vão ver como eles se curam depressa; os outros ficam sem vontade de experimentar e a maioria dos chefes de família, deixam de ter que os aturar e de os pagar!
Os traficantes, que restassem, pois a clientela sumia-se, iam para uma Penamacor mas muito mais dura.
Verão que dá resultado. Alguém quer apostar?

POST
Ten. Cor. Piloto Aviador - Cmd. Linha Aérea

MEU CARO AMIGO

O Depósito Disciplinar de Penamacor,(ou Companhia Disciplinar?) não era o local onde os cadastrados cumpriam o serviço militar, era o local para onde o Dr. Salazar mandava incorporar e manter sob prisão os jovens que se tornavam notados pela sua oposição ao regime vigente, também conhecido por Estado Novo.
Lembro que Álvaro Cunhal fez lá o SMO como presidiário, e não consta na sua folha de matrícula algum crime, deve ter sido por ser comunista. Para camuflar a situação também lá eram colocados alguns cidadãos com cadastro e que não convinha misturar com o resto do maralhal na caserna.
Gosto muito de ler o seu blogue...faz-me recuar quinhentos anos e recordar os belos sermões de Girolano Savonarola, que por acaso até acabou mal com a idade de quarenta e seis anos.
Fico expectante aguardando o seu próximo artigo.
Espero que este meu comentário esteja dentro das regras definidas por V.Exª.

COMENTÁRIO AO POST
MouTal

http://novoadamastor.blogspot.pt

A memória que se vai escrevendo

Caro Dória

Achei interessante, porque meia hora antes de receber esta mensagem estava a falar com o meu sogro que me disse que deu o nome a um afilhado a quem chamou Carlos Prestes. Na época, o meu sogro tinha 17 anos e tinha lido recentemente "O Cavaleiro da Esperança" de Jorge Amado (proibido). Por estas e por outras (participou na campanha legal a favor do General Norton de Matos para presidente da República em 1949), quando esteve no serviço militar, aos 21 anos, foi parar ao presídio de Penamacor, onde esteve detido 2 anos sem acusação ou culpa formada. Na caderneta militar apenas consta "detido nos termos da confidencial nº..." Ainda hoje não sabe qual foi a acusação, embora um tenente da G.N.R. da época lhe dissesse em tom jocoso: tiveste sorte em não ir parar ao Tarrafal ("prisão" em Cabo Verde)!

João Simas | http://archiver.rootsweb.ancestry.com

Prisões militares...

Forte de Elvas, Presidio de Santarém e Companhia disciplinar de Penamacor.
Por esta última passaram personalidades conhecidas: Prof. Tengarrinha e Dr. Álvaro Barreirinhas Cunhal. Este último, contrariamente ao que se pensa, estava em regime aberto. Bem "apessoado", era figura de destaque dentro do seu capote..
Os reclusos eram quase todos "corrécios", vulgo de delito comum. O último recluso político nos idos 1968 era médico e tinha como "obby" passear o seu cão devidamente enquadrado por dois soldados para prevenir a eventual tentação de "dar às de vila diogo", vulgo fugir.
Alguns corrécios tinham a mania de fugir... população em alvoroço. Presos novamente, tudo voltava à normalidade, digo pasmaceira desta Vila altaneira, terra do Rei Bamba... dizem.
Por aqui fico antes de me faltar a inspiração...

C.Martins | http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt

EM FRENTE

ÓRGÃO MENSAL
DE CULTURA E RECREIO
DA
1.ª COMPANHIA DISCIPLINAR
— PENAMACOR

Julho de 1965

N.º 3

Composto e Impresso na Tip. Semedo — C. Branco

O «Em Frente», ao aparecer pela primeira vez impresso em letra de forma, tem a honra de saudar sua Excelência o

SAUDAÇÃO

General António Amaro Romão, Comandante da II Região Militar, a quem presta a homenagem sincera da sua profunda veneração, elevada estima e muito respeito, aproveitando ao mesmo tempo a ocasião para publicar a alocução proferida por Sua Ex.ª, em 9-IV-65, durante a Cerimónia da Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido, na Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha:

«Neste dia que a Liga dos Combatentes escolheu para vir em Romagem a S. Maria da Vitória junto do Túmulo do Soldado Desconhecido que na primeira Guerra Mundial, não se sabe quando nem aonde nem como caíu pela sua e nossa TERRA — neste dia, repito, não podia faltar o General — Comandante da II Região Militar que tem o previlégio de guardar, por guarnição sua, não sei se o seu corpo, mas seguramente, a sua alma. A própria Chama da Pátria que o alumia a ele e a vós nesta Sala do Capítulo saiu de COIMBRA das mãos de um artífice militar desta Região de entre TEJO e DOURO.

A este DESCONHECIDO, Portugal inteiro o conheceu, o conhece a o conhecerá — era um «chamorro» na Batalha de ALJUBARROTA, subiu as encostas do BUSSACO, esteve em LACOUTURE, sofreu com Pereira d'Eça as sêdes do sertão, chamaram-lhe VIRIATO na Guerra de Espanha, já em 1936, e hoje que, para vergonha da dignidade do homem, desapareceu o ESTADO DA INDIA e no Norte de ANGOLA e na GUINÉ bateram com fragor à porta e na nossa casa quizeram entrar, até se lhe sabem os nomes e postos — foi Capitão e chamou-se Santiago de Carvalho, foi 2.º Sargento e chamava-se Paulo dos Santos e nos seus peitos está o brilho da TORRE E ESPADA.

Os que de longe veem, o sepultado aqui, os que ora presentes estão no ULTRAMAR foram, são e hão-de ser combatentes da sua Pátria, una, eterna, indivisível a teimar, orgulhosamente, em manter-se fiel a princípios que, desde o seu alvor, são razão de existência e explicam a tenacidade da luta em todos os campos onde ela se torna vital para a NAÇÃO.

Nada nos faz esquecer o seu exemplo, nada fará empalidecer a Chama que os ilumina — há nesse exemplo um tal vi-

conclui na página 5

HOMENAGEM DE GRATIDÃO

O nosso pequenino e despretencioso jornalzinho ao escolhes para título e lema o «EM FRENTE», teve um único pensamento, um único anseio: — trabalhar sempre, denodada e desinteressadamente, pela melhor e mais integral farmação destes soldados que, vindo para a 1.ª C. D., querem, a sério, caminhar cada dia mais em frente por um Portugal melhor e mais forte, tornando-se eles mesmos cada vez melhores, cada vez mais fortes e valentes de alma e corpo.

O nosso Exm.º Comandante, ao escrever duas palavras para o primeiro número do «EM FRENTE», o de Maio último, dizia: — «Pequeno, é certo, como pequenos são os nossos recursos. Mas grande, — é isso que pretendemos

Tenente-Coronel João Mário Prazeres Milheiro — Comandante da 1.ª C. D.

seja — no seu conteúdo e na sua doutrina, pois desejamos que constitua um incentivo mais vigoroso e melhor».

O «EM FRENTE» está hoje a dar

(conclui na página seguinte)

Uma espada... Um símbolo!

A pequena como a grande imprensa de há poucas semanas relatou o facto: — o régulo de Catió, na Guiné, João Bacar Jaló, foi promovido a alferes por actos de bravura e de fidelidade à Pátria.

O Senhor Ministro do Ultramar, em nome do Governo da Nação, quis oferecer, pessoalmente, a espada de oficial ao novo alferes.

Esta, em pinceladas simples e rápidas, a síntese do histórico acontecimento.

O régulo de Catió honra-se e orgulha-se de ser Português e mantém uma fidelidade absoluta à Mãe-Pátria, mesmo à custa da própria vida.

Logo que o terrorismo lançou, na Guiné, as suas garras adunca, envenenadas pelos ambiciosos estrangeiros, João Bacar Jaló combateu, valente e esforçadamente, esse terrorismo estrangeiro, sanguinário e apátrida, guardando inteira fidelidade à bandeira das quinas, a única que reconhece, porque a única que simboliza a verdadeira fraternidade entre os povos, sem distinção de raças ou de credos políticos ou riligiosos.

Esta sua fidelidade não foi meramente ocasional. O régulo de Catió era bem conhecido pelos seus nobres sentimentos de fidelidade à Pátria. E porque era bem conhecido por tal, logo que o terrorismo rebentou na Guiné, os bandoleiros, vindo, armados e comandados, do estrangeiro, assaltaram a casa de Bacar Jaló, ferindo gràvemente a esposa matando um cunhado e praticando as maiores atrocidades e vilanias.

Imediatamente Bacar Jaló organizou, por iniciativa própria, uma companhia de caçadores voluntários, à frente da qual se colocou, para defender a integridade e a honra da Pátria, contra esses aventureiros sem honra que atentam não só contra a Pátria mas contra a pessoa humana e a dignidade das famílias.

O régulo de Catió, como prémio de sua dedicação à Pátria e como galardão do seu estrénuo heroísmo não só foi promovido, por distinção, ao posto de alferes, mas foi ainda condecorado com a medalha da Cruz de Guerra de 2.ª classe.

Justa consagração de um herói que tem a consciência clara e nítida de como devemos sacrificar-nos e imolar-nos ao serviço da Pátria, lar comum de todos os que temos a honra de ter nascido ao abrigo da bandeira sagrada das quinas.

O Senhor Ministro do Ultramar quis entregar pessoalmente, a esse novo alferes, a espada de oficial. Essa espada foi o símbolo da consagração de um herói nacional; é o símbolo da confiança ilimitada que a nação deposita nos valentes que aliam, ao seu valor e ao seu heroísmo, um amor forte à Pátria Mãe, não importa se nascidos em Lisboa ou nas Beiras, em Angola ou Moçambique, em Macau ou Timor, Cabo Verde ou Guiné.

Essa espada é um símbolo da gratidão confiante que a Pátria testemunha aos que a servem em espírito de abnegação.

O régulo de Catió é um exemplo marcante na vida de hoje, exemplo bem digno de figurar ao lado dos Gamas e dos Albuquerques.

O heroísmo de João Bacar Jaló deve ser conhecido por todos aqueles que filhos da Pátria comum queremos continuar e honrar e dignificar esta Terra que é sempre Portugal, seja na Metrópole ou em qualquer ponto do mundo onde fluctue livremente a bandeira sagrada da Pátria.

José Baptista

Penamacor — Vista parcial vendo-se à direita o edifício do quartel da 1.ª C. D.

SONETO

Pelos povos guerreiros do passado
De que as muralhas são saudosa imagem,
O solo duma terra foi pisado
P'lo Lusitano, exemplo de coragem.

Mais tarde p'los Templários foi amado
(A que vamos prestar justa homenagem)
O povo que vivia descansado
À sombra desta Torre de Menagem:

Ao Sul da Gata, a velha posição
É mantida com calma e com amor,
Deixando todo o nosso coração

Envolver-se em paisagem, sonhador,
Pronunciando quase em oração
Teu antigo nome: — PENAMACOR!

T. P. — Asp.

NECESSIDADE DE IR EM FRENTE

A EXISTÊNCIA DE UM "JORNAL" NO SEIO DA 1ª COMPANHIA DISCIPLINAR não deixa de ser surpreendente, tendo em conta, em primeiro lugar, o "restrito número de leitores (dotados na sua grande maioria de características comuns e igualmente especiais)", como é dito em editorial do nº 15 da publicação, e, em segundo lugar, "a tremenda falta de colaboradores", o que tornava a "tarefa extremamente difícil".

Porquê, então, persistir em ir "em frente"? Certamente tal só é compreensível à luz da propaganda com que o regime procurava justificar a guerra colonial e ao mesmo tempo manter o moral dos prováveis futuros combatentes. Mas, atendendo à escassa escolaridade que, em princípio, assistia a população "corrécia", por um lado, e, por outro, a incorporação crescente de "desalinhados" políticos, esses sim, letrados, não é difícil supor haver aqui algum investimento proselitista em favor da causa "nacionalista e patriótica". Mas esses sabiam certamente descodificar a mensagem, compreendendo-se bem o tom queixoso do editorialista acerca da falta de colaboradores, conquanto se recusasse a admitir "jamais o impossível".

GRUPO DE MILITARES DA 1ª COMPANHIA DISCIPLINAR DE PENAMACOR, 1962

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Decreto-Lei n.º 386/80
de 20 de Setembro

Considerando a necessidade de regularizar as alterações já verificadas no âmbito da reorganização territorial do Exército, independentemente de futuras decisões decorrentes dos estudos ainda em curso e das alterações subsequentes:

O Conselho da Revolução decreta, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 148.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º São extintas as seguintes unidades e estabelecimentos militares:

Destacamento de Viana do Castelo do Regimento de Infantaria de Braga (RIBVC), sediado em Viana do Castelo, em 31 de Dezembro de 1977;
Repartição de Mobilizados da Direcção do Serviço de Pessoal (RM/DSP), sediada em Lisboa, em 31 de Dezembro de 1977;
Depósito Geral de Adidos (DGA), sediado em Lisboa, em 30 de Junho de 1978;
1.ª Companhia Disciplinar (1.ª CD), sediada em Penamacor, em 1 de Agosto de 1978;
Destacamento de Bragança do Regimento de Infantaria de Vila Real (RIVRB), sediado em Bragança, em 30 de Novembro de 1978;
Regimento de Artilharia de Évora (RAE), sediado em Évora, em 31 de Dezembro de 1978;
Batalhão de Infantaria de Portalegre (BIP), sediado em Portalegre, em 30 de Abril de 1979;
Regimento de Infantaria de Braga (RIB), sediado em Braga, em 30 de Junho de 1979;
Destacamento de Espinho do Regimento de Cavalaria do Porto (RCPOE), sediado em Espinho, em 30 de Julho de 1979;
Batalhão de Infantaria da Guarda (BIG), sediado na Guarda, em 31 de Dezembro de 1979.

Art.2.º É criado, a título provisório, em 1 de Maio de 1979, nas instalações do ex-BIP, um centro de instrução destinado à formação de praças especialistas de polícia do Exército, o qual é designado por Centro de Instrução de Polícia do Exército (CIPE).

Art. 3.º O Depósito de Indisponíveis (DI), sediado em Lisboa, é transformado numa unidade tipo batalhão, em 1 de Julho de 1979, com a designação de Batalhão do Serviço Geral do Exército (BSGE).

Art. 4.º É transferido para Braga, em 30 de Julho de 1979, o Regimento de Cavalaria do Porto (RCPO), passando a ser designado por Regimento de Cavalaria de Braga (RCB).

Visto e aprovado em Conselho da Revolução em 20 de Agosto de 1980.

Promulgado em 10 de Setembro de 1980.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Acto Final

EM 20 DE SETEMBRO DE 1980 ERA OFICIALMENTE EXTINTA a 1ª Companhia Disciplinar de Penamacor. Na realidade, as portas já se haviam fechado em Agosto de 1978, quatro anos passados depois da Revolução de 25 de Abril. A razão invocada para o fecho desta e de outras instalações militares prende-se com a necessária reorganização territorial do Exército, compreensível à luz das profundas mudanças que o fim do estado de guerra implicou. Mas no caso de Penamacor impôs-se uma outra razão: a LIBERDADE conquistada na madrugada de Abril esvaziou literalmente os presídios políticos. E se bem que esta unidade não pudesse ser considerada um paradigma da prisão política, ela nunca deixou de servir os desígnios repressivos do Estado Novo. Que nunca se esqueça!

O LUGAR DA MEMÓRIA

A MEMÓRIA DO LUGAR

MUNICÍPIO DE PENAMACOR

MUSEU MUNICIPAL PENAMACOR